

ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

N.º 158

Periodicidade Bimestral
JANEIRO/FEVEREIRO
2024 · 2,75€



ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS DA CONFAGRI REÚNE CERCA DE 600 PARTICIPANTES

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA



ENTREVISTA

Presidente
da COGECA
— Lennart Nilsson

DESTAQUE

Sector Leiteiro
— Uma Reflexão para a
Competitividade da Produção

ATUALIDADE

CONFAGRI Promove Debate
Pré-Eleitoral sobre o Mundo
Rural e a Agricultura

CONNOSCO CRESCE PORTUGAL



Nuno Serra
Secretário-Geral da CONFAGRI

Connosco cresce Portugal: é a mensagem que podemos retirar do 10º Encontro Nacional de Técnicos (ENT) da CONFAGRI.

Não foi apenas um encontro! Foi uma grande reunião da agricultura nacional onde todos tiveram a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos, partilhar saberes e, acima de tudo, preparar as suas organizações para continuar a prestar um serviço de excelência aos nossos agricultores.

Com o objetivo claro de criarmos melhores condições aos técnicos e consequentemente garantir que os agricultores tenham um acesso mais facilitado ao quadro de apoio PEPAC, durante 2 dias

cerca de 600 técnicos e dirigentes do universo CONFAGRI tiveram a oportunidade de debater e propor melhorias no modelo das candidaturas dentro dos instrumentos ao dispor, no tão esperado investimento e nos desafios inerentes à próxima reprogramação do PEPAC. Porém, a CONFAGRI, neste encontro, quis ir ainda mais além e demonstrar que os seus horizontes e ambições, no apoio inequívoco aos agricultores, são cada vez maiores.

Prova disso foi a clara aposta na inovação e sustentabilidade como uma das alavancas essenciais do futuro do sector agroalimentar nacional, onde o pioneirismo da CONFAGRI foi bem vincado nas várias apresentações sobre a imensidão de projetos onde participamos e que, muitos deles, já se materializaram em ferramentas indispensáveis para o uso quotidiano das nossas cooperativas e agricultores.

Na égide de que é imperativo reconhecer o sector agroalimentar como um verdadeiro desígnio nacional no âmbito político, este encontro foi, também, uma referência com a organização do 1º de-

bate sobre o sector agroalimentar com os candidatos às Legislativas 2024. Nesse momento, a CONFAGRI não perdeu a oportunidade de deixar a sua marca ao apresentar aos representantes dos vários partidos as suas propostas para as políticas públicas agrícolas nacionais que se traduzem, resumidamente, em Estabilidade, Previsibilidade e Apoio ao Rendimento para o sector.

O ENT 2024, no enquadramento temporal político em que foi realizado e num momento crucial para a mudança das políticas públicas agrícolas nacionais e europeias, foi inequivocamente a oportunidade para mostrar o caminho que tem de ser trilhado para o futuro, onde o respeito e valorização do trabalho agrícola terão de ser incutidos na sociedade, como princípios de ação prioritários para a administração central e local.

Este Encontro de Técnicos demonstrou, em suma, que a CONFAGRI e o sector cooperativo agrícola são uma peça fundamental para o desenvolvimento do sector agroalimentar e para o crescimento nacional. ●

ÍNDICE

ESPAÇO RURAL N.º 158

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2024

FICHA TÉCNICA

JANEIRO/FEVEREIRO

03 EDITORIAL

NUNO SERRA
SECRETÁRIO-GERAL
DA CONFAGRI



05 ENTREVISTA

PRESIDENTE DA COGECA,
LENNART NILSSON

08 DESTAQUE

SECTOR LEITEIRO- UMA REFLEXÃO
PARA A COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO

10 ENTREVISTA

CAVAGRI - COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ALTO
CÁVADO, CRL

14 DIVULGAÇÃO

PERSPETIVAS DA AGRICULTURA ATÉ 2035

21 ATUALIDADE

CONSÓRCIO DO PROJETO DE I&D TOMAC
APRESENTA RESULTADOS NO ENCONTRO
NACIONAL DE TÉCNICOS DA CONFAGRI

22 TEMA DE CAPA

ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS
CONFAGRI REÚNE CERCA DE 600 TÉCNICOS
E DIRIGENTES

27 ATUALIDADE

CONFAGRI PROMOVEU DEBATE
PRÉ-ELEITORAL SOBRE O MUNDO
RURAL E A AGRICULTURA

32 ENTREVISTA

CCAM DO ALTO DOURO, CRL

36 EM FOCO

ANTÓNIO MENDES ELEITO PRESIDENTE
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
FENADEGAS PARA O QUADRIÉNIO 2024-2027

37 EM FOCO

CONFAGRI ASSOCIA-SE AOS MUNICÍPIOS EM
PROL DO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

38 ENTREVISTA

CARLOS SILVA,
ADMINISTRADOR EXECUTIVO
DA INVESTBRAGA

40 DIVULGAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL DA CONFAGRI DEFINE
ESTRATÉGIA PARA 2024: COMPROMISSO
COM O DESENVOLVIMENTO
E SUSTENTABILIDADE DO SECTOR

41 DIVULGAÇÃO

CA SEGUROS LIDERA NO ÍNDICE
DE EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

42 PROJETOS CONFAGRI

PROJETO LEADFARM 5.0 PROMOVE
COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO SECTOR
AGROALIMENTAR

44 DIVULGAÇÃO

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA
PELA AÇÃO CLIMÁTICA



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor
de QR code a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça *scan* do código QR, centrando-o
no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural
ou dos artigos selecionados.

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO



CONFAGRI
CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR

Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA

Eng.º Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO

Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em https://www.confagri.pt/content/uploads/2018/10/Espaco_Rural_Estatuto_Editorial.pdf

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL[®]

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2.º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA

CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

PREÇO

2,75 Euros

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA
RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS SUBSCRITORES



1. LENNART NILSSON – PRESIDENTE DA COGECA

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA COGECA, LENNART NILSSON

Nesta edição da nossa revista Espaço Rural, temos o prazer de apresentar uma entrevista exclusiva com Lennart Nilsson, o recém-eleito Presidente da COGECA, Confederação Geral das Cooperativas Agrícolas Europeias. Nesta conversa esclarecedora, Nilsson partilha as suas visões e planos para o futuro da agricultura cooperativa na Europa. Com um olhar atento aos desafios atuais e futuros que enfrentamos, desde condições meteorológicas extremas, os atuais conflitos bélicos, a volatilidade dos mercados, até à necessidade de inovação sustentável, Nilsson destaca a importância da cooperação, da sustentabilidade e da inovação como pilares para a prosperidade do sector.

Quais são os seus principais objetivos enquanto novo Presidente da COGECA?

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que me sinto muito honrado por ter sido eleito presidente da COGECA e muito humilde tendo em conta a grande tarefa que tenho pela frente. Estou ansioso por trabalhar em conjunto com todos os meus colegas da COGECA e muito feliz pelo facto de um dos Vice-Presidentes ser Idalino Leão, de Portugal! Temos uma forte equipa na Presidência da COGECA, com um equilíbrio de interesses regionais e sectoriais, e acredito que juntos podemos ter um forte impacto no nosso mandato.

Sinto que o objetivo mais importante passa por continuar a defender os interesses das nossas cooperativas para que elas prosperem e para que o modelo cooperativo se desenvolva cada vez mais. Atualmente, o nosso modelo é mais importante do que nunca para a Europa. Dado o contexto muito desafiante em que todos vivemos, com condições meteorológicas extremas, a guerra russa na Ucrânia, um conflito muito duro no Médio Oriente, o aumento da inflação e dos preços dos fatores de produção agrícola, penso que o nosso trabalho será muito importante nos próximos anos.

Uma das prioridades associadas a este objetivo consiste em envidar esforços suplementares para que o modelo cooperativo seja utilizado por um maior número de agricultores, em mais Estados-Membros, especialmente nos países com menor tradição cooperativa.

O modelo cooperativo tem-se revelado muito bem-sucedido, como o demonstram numerosos estudos. As cooperativas agrícolas desempenham um papel fundamental no apoio à sustentabilidade económica, social e ambiental dos agricultores em toda a UE. Um outro objetivo é, por conseguinte, assegurar que seja reconhecido e protegido o papel das cooperativas na garantia da segurança alimentar na Europa, bem como em assegurar que os agricultores tenham uma maior participação na cadeia de valor.

Na quinta-feira, 23 de janeiro, a Presidente da Comissão, von der Leyen convidou-nos para um Diálogo Estratégico sobre o futuro da produção alimentar. Estive presente juntamente com a Presidente da COPA. Eu destaquei o papel das cooperativas agrícolas e a necessidade de nos envolver neste processo muito importante de discutir a futura política agrícola pós 2027. E continuarei muito envolvido neste processo. A situação geopolítica, assim como os efeitos negativos do clima mostram que nós não podemos considerar a segurança alimentar como algo garantido. O papel das cooperativas na segurança alimentar é crucial.

As relações comerciais são outra prioridade importante. Precisamos de mais acordos comerciais que nos tornem mais competitivos e contribuam para a segurança alimentar global. No entanto, também precisamos de mecanismos para nos proteger do comércio que não segue as mesmas normas ou que cria desequilíbrios nos nossos mercados.

O ambiente e o clima, escusado será dizer, têm sido um ponto forte. O último mandato da Comissão apresentou um historial de propostas legislativas, todas sobre a transição verde, apesar do que aconteceu no mundo à nossa volta. Muitas das quais estão diretamente centradas em nós. As cooperativas europeias estão na linha da frente da transição ecológica e são atores fundamentais para ajudar os agricultores neste processo. Não se



2. NOVA PRESIDÊNCIA DA COGECA DA ESQUERDA PARA A DIREITA; ELLI TSIFOROU, GRÉCIA; MICKAEL MARCEROU, FRANÇA; FLORENTIN BERCU, ROMÉNIA; LENNART NILSSON, SUÉCIA; AGNIESZKA MALISZEWSKA POLÓNIA; CHRISTIAN HØEGH-ANDERSEN, DINAMARCA; LEONARDO POFFERI, ITÁLIA; IDALINO LEÃO, PORTUGAL

trata apenas de uma obrigação, mas também de uma questão de sentido económico. Como os últimos dois anos demonstraram, os agricultores e os proprietários florestais são os primeiros a ser afetados pelas alterações climáticas. No entanto, muitas das propostas de legislação verde têm-se centrado apenas na mitigação das alterações climáticas, com objetivos irrealistas e avaliações de impacto insuficientes. Nós, agricultores e cooperativas, não fomos devidamente incluídos no diálogo. Muitas das propostas nem sequer funcionarão na prática ou terão um verdadeiro impacto ambiental. Apenas afetarão a nossa capacidade de produção. Temos de continuar a mostrar que as cooperativas já estão a fazer a transição ecológica e devem ser encorajadas a continuar, em vez de serem sobrecarregadas com legislação pesada. Como última prioridade, mas extremamente importante, creio que precisamos de estimular e apoiar o desenvolvimento cooperativo para assegurar a renovação geracional nas nossas cooperativas e no nosso sector agrícola. Precisamos de fazer um esforço muito maior para encorajar os jovens agricultores a envolverem-se nas cooperativas.

Quais são os principais desafios atuais enfrentados pelo sector agrícola e pelas cooperativas na União Europeia?

A situação atual, com condições meteorológicas extremas, mercados voláteis e guerra às portas da UE, colocou os agricultores e as cooperativas sob uma enorme pressão. Se a isso juntarmos o aumento da concorrência de países terceiros e uma avalanche legislativa causada pelas transições ecológica e digital, temos uma tempestade perfeita para o sector agrícola da UE.

Isto significa que a necessidade da COGECA nunca foi tão forte. Temos de continuar a reforçar a nossa cooperação, para ajudar os agricultores e as comunidades rurais a enfrentar estas questões. Uma cooperativa nunca é mais forte do que os seus membros. Estou preocupado com a situação atual dos agricultores. Estão a decorrer manifestações que estão a ser preparadas em muitos Estados-Membros da UE. O diálogo deve começar com a realidade que os agricultores e as suas cooperativas enfrentam no terreno.

Qual é o papel da inovação e sustentabilidade na visão da COGECA para as cooperativas agrícolas?

As cooperativas europeias estão na vanguarda da transição ecológica e são atores fundamentais para ajudar os agricultores neste processo. Mesmo que tenha sido difícil abordar o desenvolvimento de políticas durante o último mandato da UE, penso que devemos ver a transição ecológica como uma oportunidade para as cooperativas assumirem a liderança. Por exemplo, a bioeconomia é, como sublinhado nas conclusões do Conselho de 2023, um conceito promissor para a agricultura e a silvicultura. Para o próximo mandato, a COGECA deve defender ativamente uma política coerente em matéria de bioeconomia a nível europeu e dos Estados-Membros, com uma visão clara do papel das cooperativas na economia circular.

Como é que a digitalização está a influenciar as operações das coopera-

tivas agrícolas e qual é a resposta da COGECA a esta transformação?

As cooperativas são intervenientes fundamentais na transição digital do sector agrícola da UE. Permitem que os agricultores individuais recolham e desenvolvam coletivamente dados num ambiente de confiança. Ao mesmo tempo, o modelo cooperativo constitui uma plataforma vantajosa para a difusão das tecnologias digitais (e, de um modo mais geral, do conhecimento/ inovação) junto dos agricultores individuais. Além disso, e na medida em que trabalham verticalmente, permitem uma transição digital suave e rápida de outras partes da cadeia alimentar.

Que mensagem gostaria de transmitir aos agricultores e cooperativas agrícolas no início do seu mandato?

A situação atual coloca realmente os

agricultores e as cooperativas sob uma enorme pressão. É por isso que acredito que é mais importante do que nunca arregaçar as mangas e defender os interesses das nossas cooperativas agrícolas e florestais. Mesmo que a situação seja difícil neste momento, as cooperativas são as melhores amigas dos agricultores e, historicamente, a aposta mais segura para investimentos resistentes em tempos difíceis. As cooperativas, com o quadro jurídico adequado, poderão aproveitar as oportunidades de mercado e criar um sector agrícola mais rentável, uma economia da UE em crescimento, bem como cumprir os objetivos da sociedade em matéria de segurança alimentar, neutralidade climática e prioridades ambientais.

Estou confiante de que nós, enquanto COGECA, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para o sucesso contínuo do nosso sector e das cooperativas agrícolas. ●



Higienizantes **HIGIACT**

Sabia que...

- A contaminação microbiológica é um dos perigos mais comuns no fabrico dos alimentos para animais?

A gama HIGIACT é uma pré-mistura acidificante e conservante e constitui um mecanismo de prevenção eficaz, limitando a proliferação de bactérias e outros microrganismos patogénicos no alimento.

Na DIN dispomos de uma vasta gama de produtos higienizantes e respetivos protocolos de utilização adequados à sua atividade.

Contacte a nossa equipa técnica para mais informações.



SECTOR LEITEIRO- UMA REFLEXÃO PARA A COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO



A Agricultura nacional vive um momento agitado, no âmbito de um quadro europeu, em que se contestam regras crescentemente apertadas em matéria ambiental e de cumprimento de critérios administrativos desfasados da realidade.

O sector leiteiro não está imune a este movimento, sendo que faz sentido apresentar uma reflexão consubstanciada num conjunto de propostas visando a melhoria dos indicadores de sustentabilidade da atividade de produção de leite em Portugal, como objetivo último de garantir a competitividade do rendimento dos produtores de leite.

TEXTO

FERNANDO CARDOSO

SECRETÁRIO-GERAL
DA FENALAC

1. ISENÇÃO DE IVA APLICADA AO LEITE E AOS PRODUTOS LÁCTEOS

O Orçamento de Estado para 2024 aborda a evolução do preço das matérias-primas, incluindo dos bens alimentares, sendo citados os dados de julho de 2023, a partir dos quais se perspetivam cenários relativamente otimistas para 2024. Importa ter em conta dados mais recentes, nomeadamente da evolução do preço

da energia e dos alimentos para animais que se agravaram recentemente, com a deterioração das condições políticas e de segurança em regiões produtoras de petróleo, assim como do bloqueio da exportação de cereais pela Ucrânia. Por estes factos, parece-nos prudente reintroduzir a isenção do IVA para produtos alimentares essenciais, incluindo o leite e os produtos lácteos.

A reversão da medida de isenção do IVA em 2024 representa também um risco de incorporação do aumento de preços na cadeia de valor a montante da Distribuição, a qual é sempre muito relutante em aumentar preços junto dos consumidores, significando mais um custo para a produção.

2. COMPENSAÇÕES PELO AUMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE LEITE

Os custos de produção de leite têm sofrido um aumento considerável nos últimos 3 anos em consequência das alterações ao nível da cotação dos preços da energia, fertilizantes e alimentos para os animais. Assim, propomos compensações ao nível das seguintes categorias, visando a sustentabilidade da produção e a equidade com os nossos concorrentes a nível Ibérico:

- Reforço do apoio ao Gasóleo Agrícola;
- Reforço da ajuda à eletricidade verde;
- Apoio à alimentação animal.

3. LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

A implementação do Regime de Exercício das Atividades Pecuárias - REAP, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2013, tem sido extremamente sobressaltado, pelo que propomos o seguinte:

- Simplificação do processo de licenciamento da atividade pecuária, o qual tem sido historicamente complexo e fruto de contratempos incompatíveis com decisões de investimento indispensáveis à competitividade das explorações.
- Reversão da Portaria n.º 79/2022 relativa à gestão dos efluentes pecuários, devido à sua desadequação da realidade e inexistência das ferramentas eletrónicas previstas na legislação.

4. CLARIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO EM SEDE DE IMI DOS PRÉDIOS AFETOS À EXPLORAÇÃO LEITEIRA

No orçamento de Estado para 2022 foi aprovada uma alteração que previa que “todos os edifícios e construções diretamente afetos à produção de rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários situados em prédios rústicos não são avaliados”. Depreendia-se desta alteração que a avaliação desses prédios (rústicos) dependeria da aptidão agrícola dos mesmos.

Ainda assim, na prática, não existe um procedimento único no território que

determine o mais importante: a taxação em sede de IMI das explorações leiteiras compatível com o nível de rendimentos obtidos da atividade.

Defendemos uma norma objetiva que garanta a classificação como Rústica dos prédios onde se localizam as instalações pecuárias.

5. LEGISLAÇÃO “INCÊNDIOS EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS”

A Lei n.º 96/2021 de 29 de dezembro, determina a obrigatoriedade da instalação de sistema de deteção de incêndio em explorações pecuárias, alterando o Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril. Esta obrigatoriedade cinge-se às explorações pecuárias de classe 1 e de classe 2 do REAP, em regime intensivo, nos termos do anexo I do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho.

De acordo com o previsto no artigo 3.º da Lei n.º 96/2021, a instalação de detetores é obrigatória nos locais com animais. Para efeitos de cumprimento desta disposição considera-se que o sistema deve ser instalado em locais com animais, bem como em locais que embora não tendo animais, são considerados locais de risco, nos quais pode ter início um incêndio.

Trata-se de uma disposição claramente exagerada face aos riscos de incêndio nestas instalações, sendo que o histórico de incêndios nas explorações leiteiras é muito reduzido, tendo esta legislação um custo de aplicação muito elevado e desproporcionado face ao risco existente. Acresce que as soluções técnicas existentes não se adequam ao tipo de instalação, pelo que o investimento realizado frequentemente revela-se inútil. Defendemos a revogação imediata da Lei n.º 96/2021 de 29 de dezembro.

6. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES (RAA)

A RAA apresenta como uma das principais atividades económicas a produção, processamento e comercialização de leite e produtos lácteos. Beneficiando de um regime extraordinário de apoio no quadro do POSEI, essas ajudas traduzem-se, na nossa perspetiva, num fator de concorrência pouco leal com os restantes produtores e operadores do sector em Portugal.

Com efeito, as ajudas concedidas na RAA têm um efeito depreciador do produto final, sendo que grande parte da produção industrial, nomeadamente

leite líquido e queijo, termina nos estabelecimentos da distribuição do contigentemente comercializados a preços muito reduzidos, apenas possíveis devido às citadas ajudas do POSEI.

Seria importante reformular o regime de ajudas do POSEI visando a sua constituição como ferramenta de competitividade da RAA e do País como um todo.

7. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

O Ministério da Agricultura e da Alimentação corre riscos de extinção, atendendo às repetidas perdas de competência e de áreas, pelo que propomos as seguintes medidas:

- Clarificação da Integração das Direções Regionais de Agricultura nas Comissões de Coordenação Regionais. O sector foi objetivamente contra esta integração, a qual representa uma menorização da Agricultura. Neste momento, importa garantir os recursos materiais e humanos que permitam uma resposta eficaz a nível regional das necessidades administrativas dos Agricultores.
- Reversão das competências da DGAV perdidas nos últimos anos e que contribuíram para a perda de importância da Tutela da Agricultura.
- Articulação de competências com Ministério do Ambiente. A Tutela da Agricultura tem perdido competências para a área ambiental, as quais se traduzem num prejuízo para os Agricultores atendendo à falta de sensibilidade para as questões agrícolas por parte daquele Ministério.

8. IMAGEM DA PRODUÇÃO DE LEITE/PECUÁRIA/ALIMENTAÇÃO

A Agricultura de uma forma geral e a Pecuária de forma particular têm sido afetadas por campanhas de desinformação, as quais prejudicam a sua imagem pública e reputação. Da parte da Administração propomos a seguinte atuação:

- Articulação e comunicação interministerial (Agricultura, Saúde, Ambiente e Educação) visando a informação científica acerca dos modos de Produção e da importância do Leite e laticínios na Alimentação.
- Revisão dos Manuais Escolares em relação aos conteúdos sobre produção animal, os quais são frequentemente injustos com a Agricultura, fomentando a desinformação. ●



1. SEDE DA CAVAGRI

CAVAGRI

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO, CRL

TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

A CAVAGRI, Cooperativa Agrícola do Alto Cávado, CRL resulta de um longo historial de desenvolvimento do movimento cooperativo ao serviço da agricultura na região, que ganhou novos impulsos a partir de 25 de Abril de 1974.

A CAVAGRI, constituída em 1 de maio de 2001, pela fusão da Leitecoope-Cooperativa Agrícola e Leiteira de Braga, criada em 17 de fevereiro de 1959, e a Adega Cooperativa de Braga e Cávado, CRL, fundada em 27 de outubro de 1956, agrupou numa só cooperativa os cooperantes comuns com atividade de produção leiteira e vinícola, tornando-se uma cooperativa polivalente.

Prosseguindo a estratégia de procurar agrupar e apoiar os agricultores nas diversas atividades agrícolas da região, e para sustentação do movimento cooperativo, em 1 de janeiro de 2002, a CAVAGRI incorporou a Cooperativa Agrícola dos Fruticultores de Braga e, em 21 de fevereiro de 2006, a Adega Cooperativa de Vila Verde, Amares, Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso que apresentavam fragilidades estruturais que punham em causa a sua sobrevivência.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CAVAGRI, COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO, CRL

[CONTACTOS]

Campo das Carvalheiras, nº 1 — 4700-419 BRAGA

Telefone: +351 253 609 230

E-mail: cavagri@cavagri.pt

Atualmente, a CAVAGRI possui 6 secções, a pecuária, hortofrutícola, vitivinícola, ADS/OPP, Compra e Venda e Proteção Integrada, prestando um conjunto de serviços de apoio à produção e comercialização. A CAVAGRI possui cerca de 1.200 associados e movimenta anualmente cerca de 9 milhões de euros por ano, desempenhando um papel fundamental para a dinamização e desenvolvimento da agricultura da região.



2. ALFREDO MARQUES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CAVAGRI

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CAVAGRI

Como a CAVAGRI contribui para o desenvolvimento da agricultura na sua área social, especialmente em termos de comercialização e apoio técnico aos produtores? Tem sido um verdadeiro polo de desenvolvimento económico e social da sua área social?

A CAVAGRI simboliza o dinamismo e a evolução do movimento cooperativo na região, pois através da fusão e incorporação de um conjunto de Cooperativas, marcou uma estratégia de consolidação que visa a sustentabilidade e a diversificação das atividades agrícolas. Ao incorporar cooperativas com fragilidades estruturais, a CAVAGRI não só salvaguardou a continuidade destas, como também fortaleceu a sua oferta polivalente de produtos e serviços. Nestas circunstâncias, a CAVAGRI, com apoio do Ministério da Agricultura que ao tempo apoiou essas fusões, tornou-se uma cooperativa polivalente, procurando dar a melhor resposta aos anseios e expectativas dos cooperantes mediante a concentração, transformação e escoamento dos produtos agrícolas e de produção animal, particularmente de leite de vaca, de uvas, de frutas e hortícolas, garantindo o recebimento atempado do preço da respetiva venda. Com este desenvolvimento organizacional, a CAVAGRI adquiriu maior capacidade de intervenção, passando a sua área de intervenção a abranger agricultores associados dos concelhos do Alto Cávado, nomeadamente, Braga, Vila Verde, Amares, Terras de Bouro e Póvoa de Lanhoso, a cujos agricultores passou a disponibilizar os seus serviços e fatores de produção para as diversas atividades agrícolas. Por tudo isto, a CAVAGRI tem sido um importante polo de desenvolvimento económico e social da sua área social.

Poderia detalhar os principais serviços e recursos que a CAVAGRI coloca à disposição dos seus associados e à comunidade agrícola local?

É missão da CAVAGRI apoiar todas as atividades agrícolas desenvolvidas pelos seus associados, seja mediante o fornecimento dos necessários fatores de produção, da prestação de serviços de apoio técnico especializado, com o objetivo de os apoiar nas melhores opções técnicas para a obtenção de produtos com a melhor qualidade, contribuindo desta forma para a rentabilidade e sustentabilidade das suas explorações, bem como promovendo a comercialização dos seus produtos. Desta forma, o trabalho desenvolvido pela CAVAGRI tem um contributo importantíssimo para o desenvolvimento sócio-económico das explorações agrícolas e respetivos produtores.

Na área da Pecuária, a CAVAGRI apoia os produtores de carne e leite com serviços técnicos, que incluem todos os aspetos de controle de efetivos, de sanidade animal, da qualidade do leite, de inseminação artificial para a melhoria genética dos efetivos, bem como o fornecimento de fatores de produção, como rações para os animais e equipamentos de diversa natureza.



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: NA LINHA DA FRENTE ANGELA VIEIRA E CARLOS SOARES E NA DE TRÁS RUI MARQUES, ALFREDO FRANCLIM MARQUES E LUÍS FERNANDES.

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CAVAGRI, COOPERATIVA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO

Além disso, através do Balcão Verde, dá todo o apoio na movimentação de animais no sistema SNIRA, bem como na submissão de candidaturas ao PEPAC e outros programas de apoio aos agricultores. Tendo em consideração as características dos solos da Região do Alto Cávado e o potencial económico para a atividade vinícola na Região, a CAVAGRI fez um elevado investimento no sector vitivinícola, com a construção de raiz de uma nova adega, numa parcela de terreno da antiga Cooperativa Agrícola de Fruticultores de Braga, concluída em 2008, tendo desde então passado a apoiar mais intensamente os produtores de uvas, fazendo a vinificação das suas uvas, numa atividade considerada de elevado potencial económico para a Região do Alto Cávado.

Quais são as culturas e atividades agrícolas mais representativas dentro da cooperativa? Como avalia o desenvolvimento e o estado atual dessas atividades na região?

Desde o arranque do movimento cooperativo em Braga, a produção de forragens para a produção de leite e carne de bovinos, sempre foi a atividade agrícola mais representativa

na região, que embora com progressiva redução de agricultores e efetivos ainda se mantém como a atividade agrícola que gera maior volume de negócio na CAVAGRI. A atividade de produção de leite e carne continua a ser a principal atividade económica apoiada pela CAVAGRI aos seus associados e, para tal, contribuem dois fatores essenciais e complementares. Um dos fatores é o potencial produtivo dos solos agrícolas da região, que são muito férteis, com disponibilidade de água e com muito boas condições para a produção de forragens, potenciando a competitividade



4. CAVAGRI - VISTA EXTERIOR DA ADEGA COOPERATIVA



5. CAVAGRI - INSTALAÇÕES DA ADEGA COOPERATIVA

da atividade pelos custos mais controlados na alimentação dos efetivos. O outro fator essencial é complementar do primeiro e prende-se com a existência da fileira de comercialização do leite e carne pela organização cooperativa existente, através da AGROS, LACTOGAL e PECNordeste, garantindo o retorno financeiro em tempo útil das suas produções pecuárias, o que constitui uma mais valia essencial para a atividade pela estabilidade que lhe confere. Apesar desta estrutura cooperativa de escoamento da produção com origem na pecuária, temos vindo a assistir nos últimos anos a uma redução do número de associados produtores de leite, devido a diversos fatores, tais como, falta de dimensão económica das explorações, crise geracional, pouca atratividade para a agricultura em geral por parte dos jovens, o que constitui o principal desafio para a sua manutenção no futuro.

Com o início da laboração da Adega do Alto Cávado, em 2008, a secção Vinícola adquiriu novo impulso pois passou a dispor de modernas instalações de vinificação respondendo assim às necessidades de vinificação das uvas dos seus associados e comercialização do vinho produzido, o que tem sido realizado com vendas de vinho engarrafado com marcas próprias, e das entregas à VERCOOPE, União de Adegas Cooperativas UCRL, de que a

CAVAGRI é associada em parceria ativa. Nestas circunstâncias e dada a capacidade de vinificação e armazenamento ainda disponíveis na Adega do Alto Cávado, a CAVAGRI tem condições para satisfazer as necessidades dos seus associados que optem pelo crescimento de plantio de novas vinhas, o que tem acontecido também devido ao apoio do programa VITIS.

Que projetos ou iniciativas realizadas pela CAVAGRI gostaria de destacar?

A CAVAGRI, ao longo dos seus quase 23 anos de atividade, tem procurado dar em cada momento a melhor resposta possível às necessidades dos seus associados. Partindo do pilar essencial da produção de leite e carne, a construção da nova Adega criou um segundo e novo pilar de apoio a outra atividade agrícola com muito interesse para a região pela utilização dos solos com características ótimas para a produção de boas uvas, garantindo a CAVAGRI o necessário apoio técnico, fornecimento de fatores de produção e transformação/ comercialização das respetivas produções.

Para esse efeito criou as lojas ProCampo para fornecimento de fatores de produção no armazém da Quinta de S. Paio, em Sequeira e nas instalações da sede no Largo das Carvalheiras e o DoCampo, nas instalações da Sede e de Lago para a

venda ao público em geral, dos produtos da CAVAGRI e dos seus associados.

Quais são as principais metas e planos para a cooperativa em termos de futuro?

A CAVAGRI, ao longo dos seus quase 23 anos de atividade, tem procurado dar em cada momento a melhor resposta possível de apoio aos seus associados e assim continuará a proceder.

A evolução das circunstâncias externas nomeadamente alterações climáticas e de mercados, exigem uma contínua adaptação às realidades que se apresentam, como aconteceu com as instalações que a CAVAGRI recebeu da antiga Cooperativa de Fruticultores de Braga, que devido ao progressivo abandono da produção de pomóideas pela quase totalidade de associados que entregavam fruta nas instalações situadas em Lago, concelho de Amarelos, acabaram por ficar praticamente sem utilização de armazenamento nas câmaras frigoríficas e posterior comercialização.

Assim, a Direção da CAVAGRI tem por objetivo rentabilizar os amplos espaços disponíveis, quer na sede no Largo das Carvalheiras, quer na Quinta de S. Paio, quer nas instalações de Lago, imprimindo novo impulso à atividade comercial de compra e venda de fatores de produção e produtos agrícolas, renovando e adaptando-as mais eficazmente ao projeto ProCampo e DoCampo da CAVAGRI e, estabelecendo oportunas parcerias com outras entidades para a sua rentabilização.

Qual é a sua visão sobre o impacto do Programa Estratégico da PAC (PEPAC) na agricultura local? Há algum aspeto do programa que você gostaria de ver melhorado ou modificado?

O quadro de ajudas ao sector, tal como



6. CAVAGRI – INSTALAÇÕES OPP E INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL – SEQUEIRA

está atualmente desenhado, representa forte ameaça à manutenção e desenvolvimento das atividades agrárias nesta região. À notória escassez de verbas previstas soma-se a alteração profunda aos critérios utilizados para a atribuição do valor base que, para a região do Entre Douro e Minho, trará uma enorme redução do valor base por hectare, só muito limitadamente e parcialmente corrigidos pela atribuição de apoios associados ao leite e ao milho, com valores unitários muito pequenos. A criação dos ecorregimes, porque excessivamente complexos e burocráticos, estão nitidamente desajustados para as regiões de minifúndio, característica dos terrenos dos associados da CAVAGRI, com dispersão de parcelas e com uso múltiplo, com tendência ao progressivo abandono. Acresce ainda o facto de notoriamente o orçamento para estas medidas estar muito limitado, o que conduz a um desvio significativo entre os valores unitários da ajuda anunciados e os valores efetivamente pagos em cada ano. É por isso urgente promover a revisão do atual quadro de ajudas introduzindo um conjunto de critérios regionais que permita uma efetiva regionalização dos critérios e dos modelos de atribuição das ajudas comunitárias, promovendo a sua adesão à realidade regional e local, promovendo mudanças que apoiem a efetiva sustentabilidade e a resiliência da agricultura em cada região.

Em alturas de crise, como as que temos atravessado, a agricultura tem demons-

trado o papel estratégico extremamente importante que pode desempenhar na economia. Está na altura de assumir a agricultura como o Desígnio Nacional por excelência e o papel que o sector cooperativo representa?

É de elementar racionalidade considerar que a alimentação é indispensável para a vida humana, o que só se consegue com o trabalho dos agricultores na produção dos bens alimentares que as suas explorações agrícolas podem fornecer, utilizando as melhores técnicas adaptadas às condições ambientais e climáticas, de forma a colocar no mercado produtos de qualidade a preços acessíveis à população em geral. Além disso, os agricultores com o trabalho desenvolvido nas suas explorações dão um contributo insubstituível nos aspetos paisagísticos e ambientais que nos rodeiam e que representam valores inestimáveis de que todos usufruímos.

É por isso necessário olhar para a agricultura e para os agricultores com apreço e admiração, pela diversidade de bens essenciais que produzem para a comunidade, pela riqueza que criam para o País, o que nos tempos de hoje, de tanta imprevisibilidade, ainda de maior importância se revestem.

Impõe-se por isso que a agricultura, considerada como o sector primário da economia, mereça maior atenção e apoio das entidades competentes para que as reduzidas áreas territoriais com aptidão agrícola sejam devidamente utilizadas para a produção dos bens necessários à alimentação, procurando atrair jovens para esta atividade.

Neste campo o sector cooperativo tem uma tarefa insubstituível a desempenhar, no sentido de apoiar as transformações necessárias, pela defesa da agricultura e dos agricultores, apoiando as suas organizações de produção e comercialização para atingirem escala de sustentabilidade e assim servirem a comunidade com os bens que produzem a preços competitivos.

Em relação ao papel das Organizações Cooperativas de Grau Superior, nomeadamente a CONFAGRI, até que ponto esta estrutura cooperativa pode solucionar, ajudar e orientar as Cooperativas de Base? Como avalia a relação da CAVAGRI com a CONFAGRI?

A relação institucional e funcional entre a CAVAGRI e a CONFAGRI, estabelecida desde há muitos anos, é francamente positiva e efetiva na implementação na nossa região de um serviço fundamental para a agricultura. A criação e manutenção dos designados Balcões Verdes, nesta entidade, mostra eficiência e eficácia nas prestações de serviço de apoio aos associados da CAVAGRI, no âmbito das Ajudas e do SNIRA. A permanente e eficaz divulgação da informação e a formação qualificadora dos técnicos é fundamental e representa uma prática muito positiva, constituindo outro pilar fundamental para a melhoria contínua das práticas agrícolas. Analisando o historial do movimento cooperativo, a sua evolução, e os novos desafios que se colocam a cada Cooperativa atualmente, pode ser oportuna uma reflexão conjunta da CONFAGRI com as Cooperativas associadas, para o reforço dos seus laços de união e compromisso com perspectivas de futuro.

Que mensagem gostaria de transmitir aos associados, clientes e à comunidade em geral?

Naquilo que à CAVAGRI compete, o Conselho de Administração está empenhado, com a colaboração, dedicação e empenho de todos os seus funcionários, a quem se deve muito pelo trabalho realizado, em continuar a procurar servir os seus clientes com produtos da melhor qualidade e, apoiar todos os seus associados, fazendo com que se sintam mais próximos, participantes e integrados nas atividades da sua cooperativa e desta forma usufruam melhor dos seus serviços para rentabilizarem as suas explorações de forma a poderem olhar o futuro da agricultura com otimismo. ●



TEXTO

CÁTIA ROSAS

 CONFAGRI

PERSPETIVAS DA AGRICULTURA ATÉ 2035

Este artigo sintetiza o relatório “Perspetivas da Agricultura até 2035”, publicado pela Comissão Europeia no final de 2023. O mesmo considera que os **principais fatores para o futuro da agricultura da UE até 2035** são: *alterações climáticas (AC), procura por parte dos consumidores e evolução da estrutura do sector agrícola.*

Note-se que, embora o ambiente político seja considerado estável, mantêm-se elevadas incertezas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos e geopolíticos bem como ao nível das relações de comércio nos próximos 12 anos. Assim, o relatório não deve ser interpretado como uma previsão, sendo as projeções correspondentes a padrões médios expectáveis a serem seguidos pelos mercados agrícolas se as políticas atuais e o ambiente macroeconómico se mantiver inalterado até 2035.



VALTRA SÉRIE S THE BOSS

Pense em grande. Pense de forma inteligente.
Com a 6ª geração da Série S da Valtra, nenhuma tarefa é demasiado grande, nenhum detalhe é demasiado pequeno.
A Série S empurra, levanta e puxa com facilidade ao longo dos mais exigentes dias de trabalho e fá-lo com precisão e inteligência.

Poder e desempenho colhem recompensas.



Marque um teste de condução



ASCENDUM

IMPORTADOR VALTRA
ascendumagro.pt

VALTRA

YOUR WORKING MACHINE

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PERSPETIVAS EUROPEIAS

Até 2035, a Política Agrícola Comum (PAC) continuará a ser crucial para a transição para sistemas de produção agrícola mais sustentáveis, apoiando agricultores a tornarem-se mais resilientes e competitivos na produção de alimentos e gestão de recursos naturais. Também a **inovação** (incluindo a *digitalização, a automatização, a criação de animais e de plantas*) poderão ajudar na adaptação à evolução dos mercados e das exigências da sociedade e de consumidores.

Se em termos do valor global da produção agrícola até 2035 se prevê uma tendência ascendente, já ao nível da produtividade agrícola não é tão linear. Se, por um lado, as AC e impactes nos principais recursos naturais, como a água e o solo, poderão reduzir o crescimento da produção e mudar as zonas agroclimáticas para Norte, afetando também padrões de cultivo, por outro, a tendência de aumento das explorações, mecanização e consequente produtividade, poderá continuar a contribuir para maior produtividade, embora a ritmo mais lento.

Esse aumento, incluindo face à maior convergência dos níveis de produtividade nos Estados-Membros que aderiram à UE depois de 2004, reforçarão o papel relevante da *UE como exportadora líquida de bens alimentares e contribuinte para a segurança alimentar mundial*.

Com a preocupação de consumidores sobre os impactos das suas dietas, projeta-se que a tendência seja de:

- **redução do consumo de carne** (especialmente bovina e suína) e de *alimentos para animais* consequente (também face a taxas de conversão alimentar mais eficientes, a melhorias na genética e a sistemas de alimentação mais bem direcionados);
- **estabilização do consumo de produtos lácteos**, em linha com a mudança de hábitos (por exemplo, menor consumo de leite) e expansão de novos usos de produtos lácteos (como o aumento da utilização de ingredientes lácteos).
- **aumento do consumo de algumas proteínas vegetais** (por exemplo, leguminosas) e declínio de outras (como os óleos vegetais, face às preocupações de saúde e redução na procura de

CENÁRIO DE BASE DO RELATÓRIO PRESSUPÕE:

- taxa média anual de **crescimento** económico global de 2,5% até 2035, com a UE a regressar a uma inflação média de 2%/ano após 2024;
- taxa de câmbio de 1,09 \$/€ até 2025 e de 1,12 \$/€ até 2035;
- **preços do petróleo Brent** de 102 \$ por barril em 2035;
- **crescimento mais lento da população mundial** de 0,8% ao ano;
- valores médios sobre um período de três anos.

biocombustíveis¹, prevendo-se maior afastamento do óleo de palma, em benefício do óleo de colza).

Sobre a quantidade de *terras agrícolas e florestais da UE*, projeta-se que permaneça inalterada até 2035, mas com mudanças na distribuição de diferentes tipos de terras:

- **Culturas arvenses:** mudanças no uso da terra de cereais para soja e leguminosas², face à menor procura de cereais para alimentação animal e apoios para proteínas vegetais; a produção de cereais continuará a ser impulsionada pelo trigo e milho.
 - Estabilidade dos rendimentos de *cereais e oleaginosas*, apesar das AC e das restrições à disponibilidade e acessibilidade de alguns fatores de produção agrícolas (por exemplo, PF), graças a aplicações a curto prazo, como a agricultura de precisão, maior rotação de culturas e melhoria da saúde do solo. O apoio com melhores tecnologias trará melhorias mas a longo prazo.
 - Diminuição gradual da produção de *beterraba sacarina*, levando a menor produção de açúcar na UE. A UE continuará a ser importadora líquida de açúcar, mas menos dependente de importações, por menor consumo de açúcar face a dietas com menos açúcar, em particular com redução do teor de açúcar dos produtos alimentares.
- **Culturas permanentes:** manutenção da quantidade de terras, com plantações novas e mais eficientes substituindo as antigas.
 - Manutenção da área destinada à produção de *azeitonas para azeite*, mas as AC provocarão volatilidade

nos rendimentos e na qualidade do azeite. Estes impactos poderiam ser reduzidos com variedades mais resistentes, mudanças nos sistemas de produção (para sistemas mais intensivos) e investimento na investigação e a inovação.

- Aumento do consumo de azeite na UE, mantendo a tendência divergente, ou seja, com redução de consumo nos principais países produtores face aos preços mais elevados, e aumento de consumo noutros países da UE com a crescente popularidade da dieta mediterrânica e de sensibilização para a saúde, promovendo os benefícios do azeite sobre outras gorduras.
- Redução do consumo de *vinho* até 2035 e menores volumes de produção, associados a menor disponibilidade de produtos fitofarmacêuticos (PF), novas restrições à irrigação em alguns países da UE e a volatilidade face às AC, com redução da área e rendimento das vinhas.
 - Aumento das exportações de vinho da UE, embora a ritmo muito inferior ao dos últimos anos, enquanto o nível das importações deverá diminuir ainda mais.
- Ao nível dos *frutos* na UE:
 - maçã: redução da área colhida, face a fenómenos climáticos extremos, aumento dos custos de energia, limitações no uso de PF e surtos de pragas; aumento do consumo per capita de maçãs na UE face a consumidores preferirem mais fruta.
 - pêssegos e nectarinas: redução da produção, uma vez que o consumo também está a diminuir com a maior concorrência de outras frutas.



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

PEDIDO ÚNICO '24

ATUALIZE OS SEUS DADOS!

- Antecipe o período de candidaturas ao Pedido Único 2024 – PU2024, verificando atempadamente se os seus dados de Beneficiário e da sua Exploração se encontram atualizados nas Bases de Dados do IFAP
- Informação correta e atualizada é essencial para o pagamento das suas ajudas e apoios
- Em «O Meu Processo», na **Área Reservada** do Portal do IFAP, efetue as correções necessárias

**Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!**

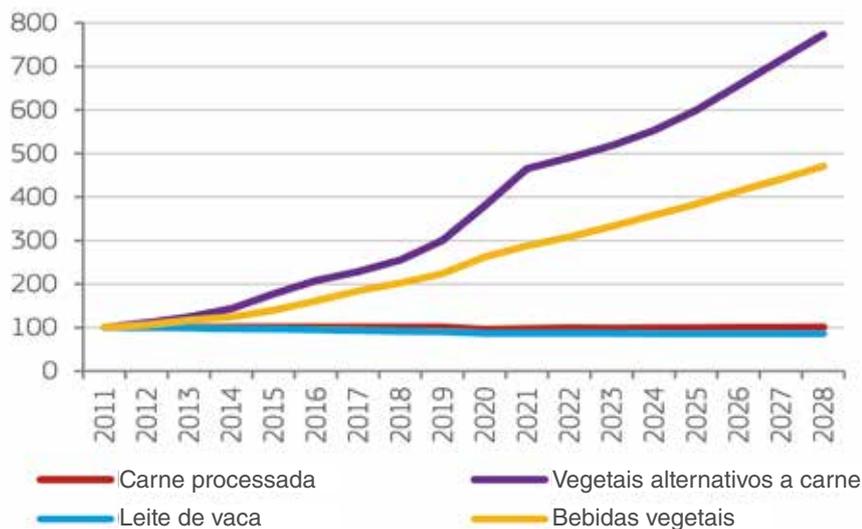
www.ifap.pt

Estamos no Facebook, Twitter e LinkedIn
+ info: ifap@ifap.pt | 212 427 708
Rua Fernando Curado Ribeiro n° 4G, Lisboa



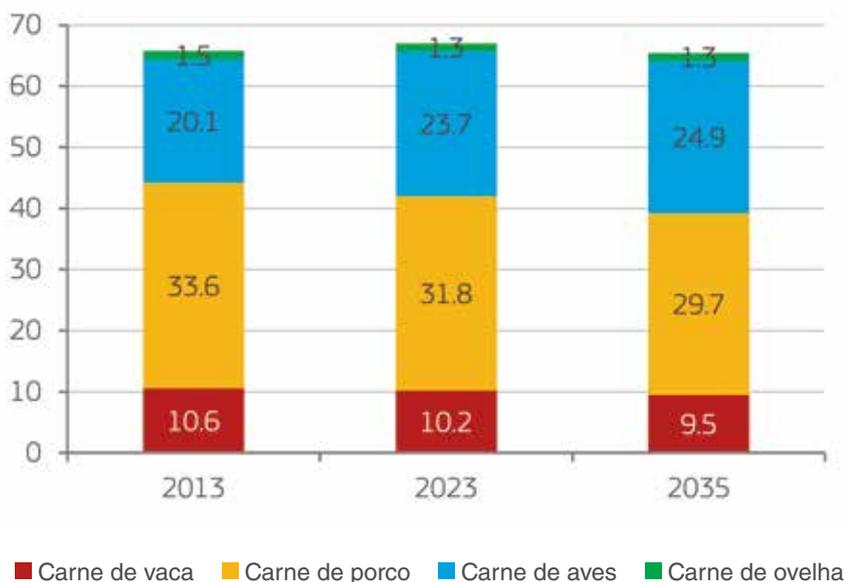
UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Agrícolas

FIGURA 1 Crescimento em volume dos produtos animais versus produtos vegetais



NOTE: 2023-2028 illustrates Euromonitor forecast.
SOURCE: DG Agriculture and Rural Development, based on Euromonitor

FIGURA 2 Consumo UE per capita por tipo de carne (kg)



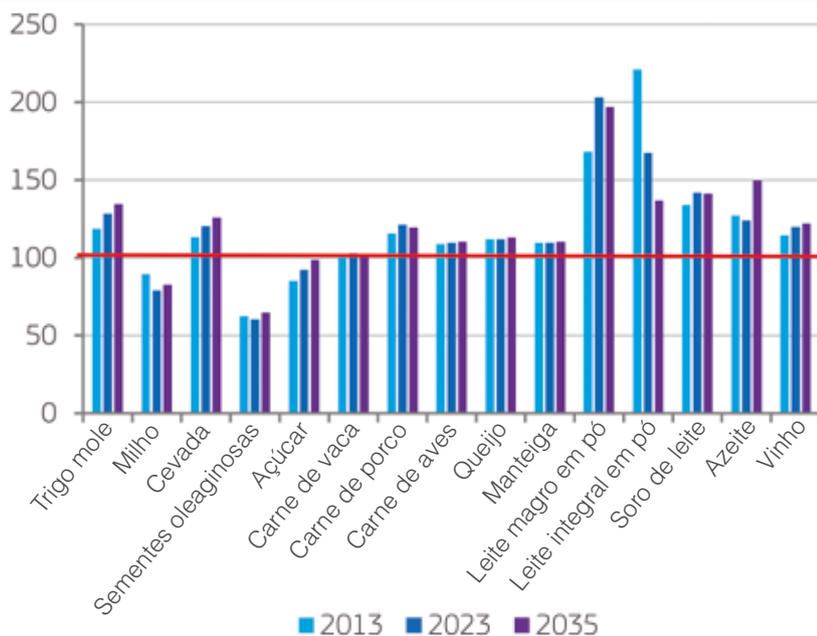
▶ tomate: os custos de energia constituem um fator limitante adicional para o desenvolvimento da produção de tomate fresco em alguns países da UE, como os Países Baixos. No entanto, novos investimentos em Espanha e Portugal poderão levar a maiores rendimentos de tomate e a maiores áreas de cultivo de tomate transformado. O desempenho comercial de ambos os fluxos (para consumo fresco e transformação) poderá manter-se, sendo a UE forte importador líquido de tomate fresco e exportador líquido de tomate transformado, especialmente de produtos de elevado valor como molhos de tomate pelados e tomates.

- ▶ Pastagens permanentes e áreas forrageiras: poderão diminuir marginalmente com a esperada extensificação da produção animal.
- ▶ Aumento de *terras em pousio*, face a exigências regulatórias mais rigorosas.

Ao nível do *sector leiteiro* da UE, apesar dos desafios significativos, este apresentou um desempenho notável nos últimos anos, esperando-se até 2035:

- ▶ Aumento da **produtividade do leite** na UE, embora a ritmo mais lento, com padrões elevados de qualidade e sustentabilidade, com mais valor acrescentado no sector.
- ▶ Diminuição da dimensão do **efetivo leiteiro** e da produção de leite da UE.
- ▶ Aumento da produção de alguns produtos lácteos (por exemplo, queijo, soro de leite, leite em pó desnatado), embora a ritmo mais lento do que no passado.
- ▶ Manutenção da produção de **manteiga**, face à procura interna e global positiva.
- ▶ Manutenção do consumo per capita de **produtos lácteos** na UE, mas as mudanças no estilo de vida e os requisitos de saúde poderão aumentar a procura de produtos lácteos fortificados, funcionais e de nutrição (p.e. mulheres grávidas, desportistas, idosos). Na exportação, serão preferidos produtos lácteos de mais valor acrescentado;
- ▶ Aumento dos **preços do leite cru** na UE, acima dos níveis anteriores a 2022.

FIGURA 3 Taxas de autossuficiência da UE para produtos agrícolas selecionados



NOTA: Taxas de autossuficiência são calculadas como produção / consumo. O valor acima de 100 indica a capacidade de exportação

Até 2035, presume-se que em termos de carne:

► **bovina**, o seu consumo na UE continue associado a preços elevados e preocupações de saúde e sustentabilidade. Combinando isso com a baixa rentabilidade e a regulamentação ambiental e climática mais rigorosa, espera-se maior declínio da produção até 2035 e assim mantendo os preços da carne bovina mais elevados. O *peso médio de abate* continuará a aumentar ligeiramente, graças a melhor gestão da alimentação e do efetivo, e a maior proporção de animais de corte no efetivo produtivo.

Embora as *exportações* de carne bovina da UE cresçam lentamente até 2035, as exportações de bovinos vivos da UE diminuirão com o aumento da concorrência e as preocupações sobre o transporte de longa distância.

► **suína**, o seu *consumo* reduzirá face às preocupações de saúde e sustentabilidade; a sua *exportação* também redu-

Versatilidade, potência e fiabilidade para todos os seus trabalhos



Kubota



Gama completa Kubota, pronta para auxiliar em todas as necessidades!



For Earth, For Life
Kubota

Peça mais informações no seu concessionário mais próximo.

tractores-ibericos.kubotadistribuidor.pt

TABELA 1

Cenários Futuros	Resultados da análise
<p>1: Impacto das alterações climáticas (AC) nos rendimentos agrícolas mundiais, no comércio e nos preços das matérias-primas</p>	<p>As AC podem favorecer uma expansão da área colhida de milho, arroz, soja, feijões e trigo em detrimento de outros (assumindo que a área agrícola atual permaneceria estável). No entanto, os rendimentos serão afetados de forma mais negativa e, portanto, o aumento da área não seria suficiente para contrabalançar a queda na produção, levando a preços mais elevados destes produtos. Devido à menor e mais cara disponibilidade de alimentos para animais, a produção de carne suína e de aves diminuiria enquanto o gado de pastoreio poderia ser beneficiado.</p>
<p>2: Impactos ambientais e económicos de uma adoção mais ampla de práticas de gestão do solo que promovem o sequestro de carbono e a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) no solo, nomeadamente culturas de cobertura de inverno, mobilização do solo e restauração de turfeiras.</p>	<p>A restauração das turfeiras pode contribuir para a diminuição eficaz das emissões de GEE, dos excedentes de Azoto (N) e das emissões de Amónio (NH₃), enquanto as práticas de gestão do solo podem ajudar a reduzir a lixiviação de nutrientes para a água, a erosão do solo e as emissões de GEE e NH₃. No entanto, a relação custo-eficiência a longo prazo das práticas de gestão do solo em termos de mitigação de GEE não está garantida, pois a capacidade de sumidouro de carbono dos solos é finita. Há efeitos negativos moderados no rendimento económico da exploração, principalmente pelos custos mais elevados associados a estas práticas.</p>

zirá, com a recuperação na produção de carne suína na Ásia. Os sistemas intensivos de produção de carne de suíno poderão enfrentar mais críticas da sociedade. Presume-se que a *peste suína africana* permaneça na UE, sem surtos importantes ou não controlados. Já as *importações* permanecerão baixas e estáveis, podendo os *preços de carne* de suíno ser mais elevados, com o aumento de custos e redução da oferta na UE.

► **de aves**, continue a beneficiar de imagem mais saudável em relação a outras carnes, da ausência de restrições religiosas e de um preço mais barato. Em conjunto com novas oportunidades de exportação, projeta-se que aumente a produção avícola, embora a uma taxa de crescimento anual menor à da última década. Devido às leis ambientais, a expansão só será possível em determinadas regiões da UE. Adicionalmente,

espera-se que a incidência da *gripe aviária* se estenda ao longo de todo o ano, em vez de ser sazonal, o que irá desafiar o sector, especialmente para sistemas de produção ao ar livre. As *exportações* de aves de capoeira da UE deverão recuperar o dinamismo, apesar da contínua diferença de preços em relação aos preços mundiais.

► **de ovinos e caprinos**: continuará o declínio na *produção* destas carnes, após um declínio nos respetivos rebanhos, apesar do apoio associado ao rendimento e dos preços favoráveis, que tenderão a aumentar mais lentamente do que na última década.

CENÁRIOS

Para além das perspetivas agrícolas, este relatório também analisa os resultados projetados de dois cenários futuros, como sintetizados na Tabela 1.

CONCLUSÕES

Sintetizaram-se acima as principais projeções da Agricultura até 2035. Adicionalmente, foram também apresentados os principais resultados de dois cenários futuros analisados neste relatório, não se excluindo a leitura integral do relatório. Das projeções, com base em AC e face a preocupações relacionadas com a saúde e sustentabilidade, o relatório aponta para possíveis alterações de tendências no consumo de carne, de frutas, mas também no tipo de produtos lácteos mais procurados, assim como na distribuição de cereais e oleaginosas. Sendo um trabalho não de previsões, mas de projeções, aponta possíveis caminhos e tendências a médio – longo prazo mas também no debate político necessário por uma Agricultura mais Sustentável e resiliente, com os Agricultores. ●

NOTAS:

- 1 Face à descarbonização do transporte rodoviário, ao aumento do uso de biocombustíveis avançados e mantendo limitado o uso de matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis.
- 2 O aumento de produção de leguminosas e de soja na UE poderá reduzir importações de sementes oleaginosas e proteaginosas.

FONTE:

https://agriculture.ec.europa.eu/data-and-analysis/markets/outlook/medium-term_en



1 Rotação: mobilização apenas na linha para plantação de tomate, cultura de cobertura no período de Inverno e rotação biennial de tomate com girassol ou milho.

Ricardo Vieira Santos, investigador do MED-UÉvora, revelou que, na campanha 2021-2022, a produção de tomate comercializável foi 23% a 47% superior nas modalidades de agricultura de conservação – 92 t/ha em TomCC e 110 t/ha em Rotação –, comparativamente à modalidade de produção convencional - 75 t/ha.

Uma das conclusões do projeto é que a cultura de cobertura, formada por uma mistura de gramíneas e leguminosas, permitiu reter mais azoto no solo - 92 a 126 kg N/ha vs. 5 kg/ha retidos pela flora natural na modalidade convencional -, protegendo-o de ser lixiviado em profundidade, com notórios ganhos de eficiência e ao nível da mitigação de risco de poluição de águas subterrâneas. O azoto retido fica disponível para ser utilizado pela cultura do tomate, podendo reduzir-se a quantidade de adubo aplicado e os respetivos custos. Outro benefício identificado é a melhoria da retenção de água no solo, potenciando o crescimento do tomate desde o início do ciclo.

O custo da conta de cultura foi superior em 243 euros/hectare nas modalidades de agricultura de conservação, porém o investimento foi compensado pelo aumento de produtividade, entre 17t a 35 t/ha, pelos benefícios na melhoria das características do solo e o menor impacto das operações culturais no meio ambiente.

Os desafios identificados pelo consórcio incluem que a colheita do tomate deve ser feita com solo com baixo teor de humidade, de modo a evitar a compactação do solo e a deformação do camalhão; a adaptação do itinerário técnico para aplicação das práticas de Agricultura de Conservação e, sobretudo, uma mudança de paradigma na forma como mobilizam o solo, com a evidência de que apenas na linha de plantação pode ser suficiente. “Acreditamos que a aplicação destes princípios da agricultura de conservação pode ser um caminho para aumentar a sustentabilidade do sistema de produção de tomate de indústria nas componentes agronómica, ambiental e económica”, concluiu Ricardo Vieira Santos. ●



1. AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA DE CONSERVAÇÃO CONTRIBUÍRAM PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DE TOMATE COMERCIALIZÁVEL ENTRE 23% E 47% FACE AO SISTEMA CONVENCIONAL

CONSÓRCIO DO PROJETO DE I&D TOMAC APRESENTA RESULTADOS NO ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS DA CONFAGRI

A Syngenta e os seus parceiros no projeto de investigação TomAC- Produção Sustentável de Tomate para Indústria através da Aplicação dos Princípios da Agricultura de Conservação apresentaram no Encontro Nacional de Técnicos da CONFAGRI os resultados preliminares do projecto que decorre desde 2021, com um ensaio numa parcela de 12 hectares localizada na Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

As práticas de agricultura de conservação contribuíram para aumentar a produtividade de tomate comercializável entre 23% e 47% face ao sistema convencional

O projeto TomAC surge de uma parceria entre a Sogepoc, o Ag-Innov - Centro de Excelência do Grupo Sugal, produtor e transformador de tomate, a Syngenta, o MED-UÉvora (Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Évora) e a APOSOLO (Associação Portuguesa de Mobilização de Conservação do Solo).



2. RICARDO VIEIRA SANTOS, INVESTIGADOR DO MED-UÉVORA, APRESENTA RESULTADOS PRELIMINARES DO TOMAC NO ENCONTRO DE TÉCNICOS DA CONFAGRI

No ensaio são testados 3 sistemas de produção:

- 1 Convencional: monocultura, mobilização intensa do solo e solo descoberto durante o Inverno;
- 2 TomCC: mobilização apenas na linha para plantação de tomate e cultura de cobertura no período de Inverno;

ENCONTRO NACIONAL DE TÉCNICOS

CONFAGRI reúne cerca de 600 técnicos e dirigentes



TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

1. ASPETO GERAL DA SALA

A CONFAGRI realizou nos dias 1 e 2 de fevereiro, em Évora, a 10ª edição do “Encontro Nacional de Técnicos” que reúne Técnicos e Dirigentes das Entidades Associadas e Protocoladas com a Confederação.

No encontro estiveram reunidos cerca de 600 Técnicos e Dirigentes das mais variadas organizações de agricultores de todo o país para, conjuntamente com especialistas e representantes dos diversos organismos responsáveis pelas áreas de intervenção abordadas, discutirem e debaterem as principais medidas de política agrícola, em especial as medidas que integram o PEPAC e a inovação tecnológica no sector agroalimentar.

Com a proximidade das eleições legislativas, a CONFAGRI promoveu igualmente, no âmbito do Encontro Nacional de Técnicos, um debate sobre o sector agroalimentar, com representantes dos partidos políticos, com o objetivo de discutir a importância estratégica da agricultura e das florestas para a gestão e vitalidade do território.

O evento contou ainda com a habitual cerimónia de Entrega de Prémios de Reconhecimento do Mérito 2023 e um Jantar de Homenagem ao Comendador Francisco Silva, ex-Secretário-Geral da CONFAGRI.



2. ORADORES E MODERADOR DO 1º PAINEL



3. ORADORES E MODERADOR DO 2º PAINEL

Este Encontro foi realizado num período crucial, uma vez que se aproximava o início do processo de Candidaturas ao Pedido Único de Ajudas, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2023-2027 e foi uma oportunidade para analisar e debater, em colaboração com os responsáveis do Ministério da Agricultura e de outras Entidades do sector, os principais problemas existentes e as principais linhas de ação para o futuro.

No primeiro dia, o evento contou, na sessão de abertura, com a intervenção do Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra, e do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), Rui Martinho.

Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, agradeceu a presença de todos, e referiu que “este encontro de técnicos foi programado de forma a debatermos e clarificarmos o que tem sido feito e o que pode ser melhorado no futuro”, tendo explanado a forma como iriam decorrer os trabalhos ao longo dos dois dias do evento e detalhado os respetivos painéis, deixando votos para um debate construtivo e esclarecedor ao longo dos dois dias do evento.

O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, Rui Martinho agradeceu o convite e deixou expressa a ótima colaboração que o IFAP tem mantido com a Confederação, agradecendo o trabalho que todos os técnicos da CONFAGRI e suas organizações associadas e protocoladas fazem ao longo do ano, que é absolutamente essencial para que o IFAP consiga assegurar a operacionalização e ultrapassar os problemas que vão surgindo, deixando votos para que “hoje sejam transmitidas as vossas sugestões, de modo a que aquilo que o IFAP faz possa ser melhorado e, com isso, possa ser facilitado o trabalho de todos”. Deixou uma segunda mensagem relacionada com a preparação da próxima campanha, em que referiu que a última, de facto, não correu bem, mas que o IFAP entende estar em condições de fazer as coisas de forma diferente, mais previsível e sistematizada, de modo a que esta campanha corra muito melhor. Referiu ainda que o IFAP tem vindo a discutir o período de abertura das candidaturas, que está apontado para o dia 1 de março, pois até lá a reprogramação do PEPAC em curso estará fechada, e haverá condições para operacionalizar as alterações decorrentes dessa reprogramação. “É nesse sentido que o IFAP está a trabalhar e conta com a colaboração da CONFAGRI para que esta campanha que se irá iniciar decorra dentro da normalidade”, referiu o responsável.

No primeiro painel do dia, referente ao balanço da campanha do Pedido Único de Ajudas e perspetivas de alterações, foram analisadas questões como o balanço da campanha e pagamentos relativos ao PU2023, o cronograma da campanha PU2024, as alterações aos formulários de candidatura do PU com respetivos alertas e recomendações, as alterações ao ISIP e melhorias ao sistema de vigilância de superfícies e as alterações legislativas. Temas abordados através de um conjunto de oradores formado por Fátima Leitão, Diretora do Departamento de Gestão e Controlo Integrado do IFAP, Isabel Monteiro, Diretora do Departamento de Ajudas Diretas do IFAP, João Falcão, Responsável da Unidade de Identificação Parcelar do IFAP e de Sónia Calção, Chefe de Divisão do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP). Este painel contou com a moderação de Augusto Ferreira, Coordenador Técnico da CONFAGRI.



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMEITEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MONOGÃO MAXIMA 3



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt



4. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

No final do Painel, os técnicos das organizações associadas e protocoladas com a CONFAGRI fizeram questão de demonstrar a sua solidariedade perante a atual situação a que estão sujeitos os agricultores, através da leitura de um manifesto, efetuada por Pedro Pires, Técnico da Associação dos Produtores de Fumeiro da Terra Fria Barrosã, em Montalegre.

Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, manifestou a sua solidariedade e concordância, tendo dado um forte abraço ao representante que deu voz às palavras presentes no Manifesto.

A terminar a manhã do primeiro dia foi realizada a apresentação do protocolo entre a FENAFLORESTA e a The Navigator Company que promete ser mais do que um pedaço de papel e, acima de tudo, “caminhar para uma floresta mais ativa, mais bem gerida e de melhor qualidade.” juntamente com os técnicos da Federação e da CONFAGRI. A parte da tarde iniciou-se com o 2º Painel do Encontro Nacional de Técnicos dedicado ao Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) e as respetivas possibilidades de evolução, focando-se essencialmente em duas intervenções, uma sobre a abordagem a que outros paradigmas poderão existir nos apoios aos agricultores e outra relativamente aos calendários e objetivos das próximas reprogramações. Os oradores deste painel foram Eduardo Diniz, Diretor Geral do GPP e Presidente da Autoridade de Gestão do PEPAC-Nacional, e de Bruno Dimas, Subdiretor Geral do GPP, a moderação esteve a cargo de Isabel Van Zeller Basto, Representante da CONFAGRI em Bruxelas. Após este painel, teve lugar o 1º Grande Debate das Legislativas 2024, sobre o



5. ORADORES E MODERADOR DO 3º PAINEL

sector agroalimentar, que contou com a participação de representantes do PS, PSD, Chega, Iniciativa Liberal, PCP, Bloco Esquerda e CDS-PP, e com a moderação de Camilo Lourenço, cujo desenvolvimento poderá lido no artigo publicado nesta edição da Espaço Rural sobre o evento.

Após o Debate e a finalizar o primeiro dia do Encontro Nacional de Técnicos da CONFAGRI teve lugar a habitual cerimónia de Entrega dos Prémios de Reconhecimento do Mérito 2023, às Entidades e Técnicos premiados, a que se seguiu um jantar de homenagem ao Comendador Francisco Silva, Ex-Secretário Geral da CONFAGRI. Na sua intervenção, o homenageado, agradeceu à Administração da CONFAGRI a realização deste jantar e referiu os 37 anos em que desempenhou funções na CONFAGRI, desde 1996 no papel de Secretário-Geral da Confederação, referindo que foi uma longa caminhada e que “em 37 anos houve muito caminho percorrido, mas ninguém caminha sozinho” recordando alguns dos caminhantes que o acompanharam como

Fernando Mendonça, José Bento Gonçalves, Miranda Relvas, Maria Antónia Figueiredo, Manuel dos Santos Gomes, Diamantino Diogo, Jorge Nunes, Aldina Fernandes, José António Rodrigues, Arlindo Cunha, Padre Vitor Melícias, Manuel de Lemos e Carlos Silva, entre outros, destacando que “só acompanhado, aconselhado, e com trabalho, muito trabalho, foi possível chegar ao que é hoje a CONFAGRI, a maior e a mais representativa organização de cúpula da Agricultura Portuguesa”. Destacou que foi um caminho em que foi necessário ultrapassar muitos obstáculos, “agindo com serenidade e rigor, muitas vezes sem alarido e atuando de forma consistente, dialogante e consolidando o projeto”, apontando algumas das etapas e realizações mais marcantes da CONFAGRI em termos históricos e até aos dias de hoje, referindo que foi uma evolução que partiu do zero.

Prosseguiu agradecendo o contributo de todos os “órgãos sociais que ao longo do tempo desempenharam funções e a alta capacidade técnica e de trabalho dos técnicos da CONFAGRI e das Organizações associadas e protocoladas a quem, neste momento, presto a minha homenagem e agradecimento”, destacando igualmente, e como reconhecimento do papel da CONFAGRI, a condecoração da Confederação pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo



6. ORADORES E MODERADOR DO 4º PAINEL



7. PRESIDENTE DA CONFAGRI ENTREGA LEMBRANÇA AO EX-SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI NO JANTAR DE HOMENAGEM

de Sousa, com a ordem de Mérito Agrícola. Segundo Francisco Silva, a CONFAGRI “tem hoje condições para cada vez mais se afirmar como a grande organização agrícola do Mundo Rural Português, numa lógica construtiva, agregadora e afirmativa”. Terminou a sua intervenção deixando ainda alguns contributos e alertas relativamente à Política Agrícola Portuguesa atual, às próximas eleições legislativas e europeias, à concretização do Programa de Modernização das Cooperativas Agrícolas, à questão da água, da qualidade dos produtos alimentares, da distribuição equitativa na cadeia agroalimentar, da PAC pós 2027 e do orçamento comunitário pressionado pelas guerras.

O segundo dia do Encontro iniciou-se com a realização do 3º painel, em que foi abordado o Investimento na Agricultura, em diversas intervenções com foco em como revolucionar os apoios ao investimento na agricultura, no balanço do investimento na exploração agrícola e agroindústria ao abrigo do PDR2020, no cronograma dos novos apoios ao investimento na exploração agrícola e bioeconomia e na visão do agricultor e dirigente cooperativo sobre o investimento na agricultura. Um tema

vasto e de grande importância que contou com a moderação de Aldina Fernandes, Secretária Geral Adjunta da CONFAGRI e com a participação de oradores como Rogério Ferreira, Presidente da Autoridade de Gestão do PEPAC – Continente, e Fernando do Rosário, Presidente da Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches. O 4º e último painel do Encontro foi dedicado ao papel da inovação na competitividade e sustentabilidade do sector agroalimentar, procurando abordar o presente e o futuro da inovação no sector agroalimentar e o papel das novas tecnologias e da digitalização na agricultura, o sistema de conhecimento e inovação da Agricultura Nacional, designado AKIS Portugal, que é o Sistema de Conhecimento e Inovação da Agricultura Nacional que reúne todos os atores do sector agrícola e florestal em prol da modernização das zonas rurais, promoção e partilha de conhecimentos, inovação e digitalização na agricultura e nas zonas rurais. Tempo ainda para abordar o contributo que a CONFAGRI tem dado para a inovação na agricultura nacional. Este painel teve a moderação de Patrícia Falcão Duarte, Secretária-Geral da FENAZEITES, e contou

com a participação de um vasto painel de oradores como Pedro Queiroz, Diretor Geral da FIPA, Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, Vanessa Campos e Ana Ribes, em representação da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), Luís Alcino da Conceição, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Portalegre, e de Domingos Godinho, Técnico da CONFAGRI.

Todos os painéis foram seguidos de um momento de debate e esclarecimento de dúvidas por parte dos intervenientes, configurando-se, como momentos bastante participados, que contaram com a intervenção de diversos técnicos e dirigentes das entidades presentes, contribuindo para um espaço construtivo de reflexão e debate de ideias. A finalizar e antes do encerramento dos trabalhos houve lugar à apresentação do Protocolo entre a CONFAGRI e o consórcio NextLand, que se insere dentro da intenção da CONFAGRI de estar na vanguarda dos projetos de inovação, de sustentabilidade, qualidade e de criar cada vez mais serviços de apoio à gestão agrícola e florestal, tendo para tal, agora, um departamento específico para o efeito. O consórcio NextLand é uma

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES

LOVOL



LOVOL TRACTORES
Compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 115 CV

Grupo
Auto
Industrial

PREET
AVENGER



PREET AVENGER
Trator compacto,
Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV

Auto
Industrial
Divisão Agrícola

Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt

Tractorluso
Grupo Auto-Industrial

iniciativa que se dedica a fornecer soluções inovadoras na área da observação terrestre, usando dados de satélite para apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento territorial. Esta plataforma visa facilitar o acesso a informações e ferramentas avançadas para profissionais, contribuindo assim para uma melhor tomada de decisão em diversos sectores como a gestão agrícola e florestal.

A sessão de encerramento contou com a presença de Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, Paulo Barbosa, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e de Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI.

Paulo Barbosa, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo agradeceu o convite e felicitou a CONFAGRI pela iniciativa de organizar este evento, que “certamente permitiu uma partilha e debate de muitas questões importantes relacionadas com o sector agroalimentar a nível nacional”. Fez uma exposição do peso da região do Alentejo em termos das diversas atividades relacionadas com o sector agroalimentar, evidenciando a importância desta região a nível nacional. Manifestou a sua preocupação relativamente à estagnação dos preços dos produtos agrícolas, através do instrumento das ajudas diretas à produção, e também ao incentivo ao investimento para a modernização das explorações, para produzirem mais eficientemente, porque no rácio do custo-benefício da produção alimentar, verifica-se que neste momento não é gerado um rendimento digno para os agricultores, e, como tal, “é importante que haja um contributo de todos nós, porque é urgente garantir este rendimento digno aos agricultores porque todos nós precisamos deles, todos precisamos de alimentos”.

Seguiu-se a intervenção de Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, que cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, enaltecendo o facto de, no final da tarde do 1º dia, terem estado mais de 600 pessoas em sala, “o que é significativo, e é representativo da força da maior confederação agrícola do país”. Destacou os vários momentos técnicos, desde logo com o IFAP e com o GPP, mas também o momento político, através da realização do debate, um momento “para aproveitarmos o contexto político e para ouvirmos e apresentarmos as nossas reivindicações, que até dia 10 serão corporizadas no sítio certo e de forma construtiva”. Em relação à



8. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO



9. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO IFAP, RUI MARTINHO



10. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

importância dos temas escolhidos, evidenciou a parte da inovação e da investigação, e a parte do investimento, referindo que havia registado “da parte da Autoridade de Gestão, as palavras do Presidente, de que vai eliminar o teto do investimento, o que para nós era uma preocupação e esperemos que se venha a concretizar”.

Em relação à escolha de Évora para a realização do Encontro de Técnicos da CONFAGRI, Idalino Leão referiu que a mesma deveu-se ao facto da Confederação gostar de descentralizar estes encontros, à representatividade da agricultura desta região, ao crescimento que a CONFAGRI tem tido nesta região, mas também porque esta é uma autarquia que tem feito “aquilo que tenho apelado em muitos sítios, recebeu do Governo a competência da gestão das cantinas públicas, e conseguiu colocar nos seus cadernos de encargos a compra de produtos aos produtores locais, para que as crianças de Évora pudessem comer produtos de produção local”. Para o responsável, “este é um aspeto que cada um de nós, nos nossos concelhos, deve fazer valer junto dos seus autarcas, porque é assim

que se reduz a pegada ecológica, é assim que se fixa pessoas ao território, e que se cria raízes e identidade e se desenvolve a agricultura”, anunciando, a esse propósito, que a CONFAGRI irá assinar um protocolo de parceria com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, exatamente para alavancar não só este tema, como muitos outros.

Terminou agradecendo a presença de todos e deixando votos para uma boa campanha de 2024.

Carlos Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, saudou todos os presentes e agradeceu o convite e a escolha da cidade para a realização deste evento. Começou por referir que temos tido um défice de capacidade estratégica de Portugal relativamente à União Europeia (UE) em todos os sectores, mas também no sector agrícola, entendendo que “temos necessidade de saber o lugar que queremos ocupar na UE, não porque é ela a dizer-nos, mas, pelo contrário, sermos nós a dizer o lugar que entendemos que devemos ocupar” porque “faz toda a diferença termos uma capacidade de resposta autónoma, defendendo os interesses de Portugal”. Prosseguiu referindo que isso também é notório na área da agricultura e que em seu entender “a agricultura tem sido minorizada, mal-amada, insuficientemente considerada”, sendo fundamental que em Portugal saibamos “o que queremos da agricultura, pois a agricultura é fundamental para o país, para a sua autonomia, para o seu futuro”, reforçando a necessidade de se apostar na agricultura de modo a salvaguardar o interesse vital do país, facto que tem tido uma resposta “insuficiente da parte dos poderes políticos”. Segundo o responsável, o sector agroalimentar está confrontado com desafios tremendos, como as alterações climáticas e a questão demográfica, e esta é uma reflexão que tem de ser feita para o bem do futuro do sector e do país. Terminou referindo que “independentemente das nossas diferenças temos de ter a capacidade de procurar o que é comum e trabalhar nisso para atingir objetivos comuns, é um desafio que se põe ao nosso país para se afirmar, nomeadamente em termos de UE”, reforçando que a Câmara Municipal de Évora está disposta “a colaborar com todas as organizações no sentido de podermos ir mais longe e desenvolver e valorizar a agricultura, pois entendemos que a mesma é fundamental para o desenvolvimento do nosso país. ●

CONFAGRI PROMOVEU DEBATE PRÉ-ELEITORAL SOBRE O MUNDO RURAL E A AGRICULTURA

TEXTO

PAULO MARQUES

i CONFAGRI



1. ABERTURA DO DEBATE

Tendo em conta a realização das eleições legislativas a 10 de março, a CONFAGRI promoveu no dia 1 de fevereiro, o 1º grande debate legislativo do sector agroalimentar, com o intuito de debater as atuais políticas, futuras propostas e soluções para o sector agroalimentar que, aos olhos da CONFAGRI, tanto carecem de atenção, discussão, e empenho por parte de todos os intervenientes, de forma a assumir o sector agroalimentar como um verdadeiro desígnio nacional.

O debate decorreu no âmbito da realização da edição anual do Encontro Nacional de Técnicos da CONFAGRI, realizado em Évora, e foi transmitido em direto, através dos canais digitais da Confederação, youtube e facebook. Em sala estiveram presentes cerca de 600 pessoas e online mais de dois milhares.

Participaram no debate os representantes dos partidos que aceitaram o convite da CONFAGRI para o mesmo, tendo marcado presença Pedro do Carmo, em representação do Partido Socialista, Fermelinda Carvalho, em representação do Partido Social Democrata, Pedro Frazão, em representação do Chega, João Cotrim de Figueiredo, em representação da Iniciativa

Liberal, João Frazão, em representação do Partido Comunista Português, Maria Helena Figueiredo, em representação do Bloco de Esquerda e Nuno Vieira e Brito, em representação do CDS-Partido Popular. O debate foi moderado por Camilo Lourenço, Jornalista.

Nas intervenções de abertura, antes do início do debate, Nuno Serra, Secretário-Geral da CONFAGRI, referiu que este era o momento certo para “o sector e as organizações do sector dizerem o que pretendem e o que consideram essencial mudar nas políticas públicas agrícolas, de modo a que os agricultores se sintam cada vez mais representados e mais justamente reconhecidos pela sociedade, em especial pelos atores políticos”.

Já Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, fez uma intervenção na qual deixou uma primeira palavra para os técnicos das cooperativas, das associações, das federações, e da confederação, agradecendo todo o sacrifício que tiveram na campanha passada, tentando ultrapassar os problemas existentes. Prosseguiu agradecendo a presença de todos os representantes dos Partidos e não estranhando as ausências, lançando o desafio para “saber se algum partido estará disposto para fazer acordos com os partidos que não estão cá, com os partidos que não querem nada com os agricultores”. Lançou igualmente outras questões para os partidos, nomeadamente sobre a orgânica do Ministério da Agricultura, “referindo que para a CONFAGRI, o Ministério da Agricultura tem que ser da agricultura, florestas, caça e pesca, sanidade animal, desenvolvimento rural e alimentação”, e sobre os equilíbrios na cadeia de valor, referindo que a mesma “tem de ser mais justa, transparente e mais igual”, recordando a “criação da PARCA que pretendia precisamente atingir este desiderato, no entanto, nos últimos dois



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

anos, reuniu apenas 2 vezes”. Apontou ainda a questão geracional como o maior falhanço da PAC, e referiu que o sector agroalimentar “produz alimentos seguros e saudáveis para todos, gera riqueza para o país e, como tal, o país não pode dar-se ao luxo de menosprezar este sector tão importante para a nossa balança comercial”.

Idalino Leão destacou ainda a necessidade de existir um equilíbrio ibérico em termos fiscais dos produtos agroalimentares, bem como dos custos fixos associados à energia, em termos de gásóleo e eletricidade, “devendo existir vontade política para tal, caso contrário, os agricultores e as agroindústrias nacionais partem logo atrás em relação aos nossos colegas espanhóis” e enfatizou a necessidade de colmatar a falta de medidas para as cooperativas agrícolas e organizações de produtores, referindo que estas organizações necessitam urgentemente de uma medida específica para a sua capa-

citação a todos os níveis. O presidente da CONFAGRI lançou ainda um desafio a todos os partidos políticos para que os futuros Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde possam articuladamente elaborar e incluir em futuros manuais escolares uma versão positiva sobre a alimentação e produção agropecuária. Terminou referindo que este PEPAC não serve a nenhum sector, a nenhuma região de Portugal, e que urge ser revisto em Portugal, mas também em Bruxelas, e que podem contar com a CONFAGRI, uma vez que esta também conta com todos. O Debate moderado por Camilo Lourenço, proporcionou, que todos os representantes dos Partidos apresentassem a sua visão e propostas para a nova legislatura, relativamente a questões importantes como a equidade ibérica ao nível dos custos de energia e de determinados impostos e taxas, o despovoamento do interior, o peso do Mundo Rural nas decisões políticas, o plano nacional de regadios, o PEPAC e o papel de Portugal nas negociações europeias, a importância do sector cooperativo e das organizações de produtores, a necessidade de eleger mais deputados com conhecimento do mundo rural, a orgânica do Ministério da Agricultura, nomeadamente relativamente à reversão da decisão referente às Direções Regionais, o desequilíbrio na cadeia alimentar entre a produção e a distribuição e o papel que a PARCA deverá desempenhar efetivamente, entre outros.

No final do debate constatou-se a concordância de todos os partidos em relação a muitas das questões analisadas, deixando no ar a questão levantada pelo moderador “Se assim é, porque não existem mais acordos estabelecidos e políticas definidas com a concordância de todos os partidos?”

Após o debate, a CONFAGRI teve a oportunidade para entregar um documento com as principais preocupações e propostas da CONFAGRI aos Partidos Políticos no quadro das eleições legislativas de 2024, com o intuito de assegurar uma agricultura moderna, competitiva e sustentável, à semelhança do que acontece em todos os países desenvolvidos da União Europeia, em que o sector Cooperativo é peça chave deste processo, cujos principais pontos apresentamos aqui.

1 - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SECTOR AGROALIMENTAR E FLORESTAL

➤ Ministério da Tutela

Nos últimos anos temos assistido ao desmantelamento progressivo do Ministério da Agricultura, retirando-lhe competências e capacidades na gestão das políticas florestal e de sanidade animal.

A CONFAGRI propõe que o futuro ministério da tutela reintegre todo o sector incluindo agricultura, florestas, caça e pesca, sanidade animal, desenvolvimento rural e alimentação.

➤ Integração das Direções Regionais de Agricultura nas CCDRs

Em 2022, o governo que cessa funções iniciou um processo de transferência dos serviços desconcentrados do Estado para as CCDRs.

A CONFAGRI não concordou que as DRAP's deixem a tutela do Ministério da Agricultura. E exprime a sua preocupação pelo facto dos agricultores estarem mergulhados na maior confusão, sem saber onde se dirigir para resolver os seus problemas.

Assim, a CONFAGRI apela a que esta situação seja urgentemente corrigida.

➤ Conselho Nacional do Sector Agroalimentar

A CONFAGRI recusa a prática das organizações serem ouvidas em matérias de relevante interesse para o sector apenas na véspera da tomada de decisões.

Neste âmbito, a CONFAGRI propõe a criação de um Conselho Nacional Agroalimentar (o anterior Conselho Nacional da Agricultura foi extinto pelo XVII Governo Constitucional em 2005) que integre todas as organizações representativas da produção, transformação e distribuição agroalimentar.

2 - ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA DA PRODUÇÃO – UM COMPROMISSO PARA MELHOR CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR NAS FILEIRAS AGROALIMENTARES

A CONFAGRI considera que não será possível assegurar um futuro sustentável para o nosso sector agroalimentar se não se conseguir melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor, que são os *parentes pobres* da cadeia de valor, cabendo-lhes apenas cerca de 24% do valor final pago pelos consumidores¹.

Apenas as fileiras do leite e do vinho apresentam um nível de organização significativo, mas no geral a produção encontra-se atomizada e desvalorizada. Em 2011 foi criada a PARCA, em 2016 foi aprovado o Código de Boas Práticas comerciais e em 2022 foi determinada, também no âmbito do Ministério da Agricultura, a criação de um Observatório dos Preços. Sem estarem em causa as boas intenções subjacentes a tais medidas, a verdade é que, a avaliar pelos resultados, não têm passado disso mesmo: boas intenções. A CONFAGRI considera que é necessário construir um Compromisso Agroalimentar Nacional entre o governo e os parceiros das diferentes fileiras do agroalimentar, por forma a garantir um elevado nível de segurança alimentar. No quadro deste compromisso deverão ser consideradas:

- ▶ Regras transparentes, corretas e equitativas no relacionamento dos diferentes agentes das fileiras. Se este objetivo não for conseguido por via destas regras, deverá adotar-se medidas alternativas como a criação de uma entidade reguladora do sector agroalimentar ou de secção especializada no seio da Autoridade da Concorrência.
- ▶ O reforço da organização da produção nacional, envolvendo, a rede de cooperativas que está implantada em todo o território nacional.

Assim, para a CONFAGRI é fundamental uma medida específica dirigida à reestruturação, redimensionamento e requalificação das cooperativas agrícolas, tendo como foco a profissionalização da gestão, o reforço dos recursos humanos e a melhoria da sua competitividade

Um programa de implementação de cadeias curtas de abastecimento, através de parcerias locais de produção-comercialização-consumo, consagrando sempre que possível, o princípio do abastecimento das cantinas públicas e das instituições de solidariedade social pela produ-

ção local, e incluindo progressivamente nas superfícies comerciais locais.

3 - RENOVAÇÃO GERACIONAL – SEM JOVENS AGRICULTORES NÃO EXISTE FUTURO

Com a população agrícola mais envelhecida da U.E. e apenas 3,9% dos agricultores com menos de 40 anos, esta deve ser uma das prioridades estratégicas para a agricultura. Mas não basta conceder apoio financeiro.

É preciso criar uma rede consistente de aconselhamento técnico e de gestão assente em estruturas com capacidade e conhecimento que apoie de forma regular os projetos dos jovens agricultores.

4 - TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA E DIGITAL

Portugal precisa de um programa especial de apoio à transição tecnológica da agricultura, tendo em conta o elevado custo e a morosidade deste tipo de transições.

9ª GERAÇÃO DE TESOURA

F3020

INFACO

A TESOURA ELÉCTRICA PARA OS PROFISSIONAIS

20%+ POTENTE 15%+ COMPACTA 15%+ RÁPIDA 12%+ LEVE

Evoluções F3015/ F3020

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI

N356-2, nº 120 Ponte Cavaleiro 2410-854 Leiria
244 814 479 • geral@lisagri.pt • www.lisagri.pt

INFACO®

Merecem a nossa preocupação os domínios:

- ▶ Cobertura 5G para os territórios rurais;
- ▶ Digitalização e equipamentos para agricultura de precisão;
- ▶ Práticas agrícolas e tecnologias que preservem a qualidade dos solos e dos lençóis freáticos;
- ▶ Recurso às soluções da biotecnologia e do melhoramento genético, incluindo o recurso a Organismos Geneticamente Modificados (OGM) que, comprovadamente, não sejam nocivos para a saúde humana e contribuam para aumentar a eficiência na utilização de água, fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários;
- ▶ Autonomia energética para as explorações agrícolas e agroindústria, através de um programa robusto de apoios à instalação de soluções alternativas aos combustíveis fósseis.

5 - ACONSELHAMENTO TÉCNICO: REFORÇAR OS RECURSOS HUMANOS DAS ORGANIZAÇÕES AGRÍCOLAS E MELHORAR AS SUAS QUALIFICAÇÕES

A formação profissional e o apoio técnico aos agricultores são requisitos essenciais para o seu sucesso.

A CONFAGRI propõe a criação de uma medida estrutural no sentido de dotar as Organizações de Agricultores com quadros técnicos para assegurar o acompanhamento técnico e de gestão aos agricultores, com destaque para os jovens agricultores e a agricultura familiar, suprimindo a carência dos Serviços do Estado no terreno. Propondo-se taxas de apoio (PEPAC) superiores para a prestação de serviços de aconselhamento, e a criação de Contratos Programa com as Organizações de Agricultores, com uma duração mínima igual à aplicação do PEPAC.

6 - ÁGUA E REGADIO: PARA HAVER FUTURO É PRECISO AUMENTAR A ÁREA DE REGADIO E MELHORAR A EFICIÊNCIA DA REGA

Nos últimos 20 anos Portugal perdeu 40% da superfície irrigada e atualmente apenas 13% da SAU é irrigada. O Programa Nacional de Regadios prevê 55.000 hectares de novos regadios até 2030, que para além do atraso na sua implementação, representam apenas um sexto da área irrigável perdida.

São precisas tecnologias de rega mais



3. ASSISTÊNCIA DO DEBATE

eficientes e, também, de mais água para enfrentar as alterações climáticas sem perder competitividade e capacidade para reduzir o défice alimentar externo e aumentar o contributo do sector para a geração de riqueza.

Portugal dispõe de recursos hídricos relativamente abundantes, apenas utilizando 9% para todo o tipo de usos². Por isso, devemos apostar na retenção de água das diversas origens, para além da promoção de um uso mais eficiente. Bem como, na criação de programas para a construção de barragens, açudes, sistemas de irrigação, depósitos de água para irrigação por gravidade, e de apoio à utilização de energias renováveis.

7 - FLORESTAS

A CONFAGRI considera imprescindível a atividade florestal, numa lógica multifuncional, como era tradicional, sem descurar a forte motivação económica como demonstram os cerca de 2.500 milhões de euros com que contribui para a balança comercial.

Sendo fundamental o apoio ao associativismo e cooperativismo florestal para promoção da organização das diferentes fileiras florestais.

8 - EQUIDADE E COESÃO PARA MELHORAR A RESILIÊNCIA DOS AGRICULTORES

Em tempos de elevada imprevisibilidade e volatilidade nos mercados agroalimentares mundiais e na impossibilidade de defesa através de medidas protecionistas, incompatíveis com os compromissos da União Europeia no quadro da Organização Mundial do Comércio. E estando os agricultores obrigados ao cumprimento de elevados padrões de segurança alimentar, de bem-estar animal e de condicionalidade ambiental e social,

justificam-se plenamente as medidas de apoio ao rendimento, destinadas a melhorar a resiliência das explorações. A CONFAGRI considera que este tipo de pagamentos, no quadro da PAC, devem dar uma resposta relativamente equitativa a todos os agricultores e sistemas produtivos – o que está muito longe de acontecer, com muitos agricultores excluídos em vastos territórios em virtude de ainda se manter o sistema de direitos históricos associados aos pagamentos diretos.

9 - SIMPLIFICAÇÃO E FISCALIDADE

Uma das principais razões pelo atraso do nosso país tem a ver com o excesso de burocracia que é imposto na gestão das políticas e que no caso da agricultura tem desencorajado e levado ao abandono muitos produtores.

A CONFAGRI defende a redução dos custos de contexto, propondo a simplificação de exigências relacionadas, designadamente com o licenciamento de atividades, em particular de explorações agrícolas de pequena e média dimensão, que são a maioria esmagadora no nosso país e que têm um contributo significativo para a produção.

Neste âmbito a CONFAGRI defende:

- ▶ Harmonização fiscal com Espanha, tendo em conta o estreito relacionamento comercial com o país vizinho e com correção das inconsistências na forma como são taxados produtos de utilidade alimentar idêntica, propondo-se a aplicação de uma taxa reduzida de 6% para os produtos agroalimentar;
- ▶ Simplificação das medidas de investimento através da introdução de regimes simplificados, com vantagens na análise e implementação, como demonstram as situações em que o mesmo é aplicado;
- ▶ Isenção de pagamento do IRC às em-

presas agrícolas, agroindustriais, florestais e de turismo rural que operem nestas áreas;

- ▶ Isenção de custos de registo e de IMI, durante 10 anos, a quem compre terras contíguas e promova o emparcelamento rural, no quadro de um plano de investimento e gestão das explorações adquirentes.

10 - REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A organização da produção e a concentração da oferta são pilares fundamentais para o desenvolvimento do sector agrícola, em particular, pelo contributo ao nível da concentração da produção, possibilitando a criação de economia de escala e a sustentação do poder negocial nas relações comerciais.

A CONFAGRI defende a criação de incentivos à criação de organizações de produtores (OP) e de agrupamentos de produtores multiprodutos (APM), bem como a simplificação dos procedimentos de reconhecimento das cooperativas como OP/APM.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A incerteza da atividade agrícola e os períodos de retorno de capital dificultam o acesso do sector a instrumentos de crédito.

A CONFAGRI defende a criação de linhas de crédito bonificadas, com garantia, e período de amortização até 20 anos, destinadas ao financiamento da exploração agrícola e da transformação e comercialização.

Instrumentos de médio/longo prazo são fundamentais para permitir maximizar a alavancagem dos projetos e estimular a utilização dos recursos públicos disponíveis.

12 - SEGURANÇA DO RENDIMENTO AGRÍCOLA

Os seguros de colheitas e de produção são atualmente insuficientes para salvaguardar os rendimentos dos produtores, face à natureza dos riscos que podem afetar o rendimento das explorações.

A CONFAGRI defende a criação de mecanismos complementares dos tradicionais seguros que permitam assegurar a manutenção de um rendimento mínimo dos agricultores. ●

O vídeo com o debate na íntegra poderá ser visualizado nos canais digitais da CONFAGRI:

- ▶ canal Youtube em: <https://www.youtube.com/@confagri3928/streams>
- ▶ Página do Facebook em @anossaagriculturaconfagri

NOTAS

- 1 MA-GPP (2020) Documentos Preparatórios do PEPAC – OE 3: melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor. Para além, dos 24% retidos pelos produtores, as agroindústrias absorvem outros 24%, a distribuição alimentar 30% e os serviços de restauração 22%.
- 2 De salientar que a FAO recomenda com teto para uma gestão equilibrada dos recursos hídricos uma utilização de 20%.



NOVO
TAFE 7515
COM 75 Cv
TRATOR
UTILITÁRIO

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS



McHALE
Fusion 3 Plus
ENFARDADEIRA
COMBINADA



iD-David
CULTIVADOR
INTERCEPAS



Kverneland
SEMEADOR DE
PRECISÃO OPTIMA V-SX



G GOLDONI
S60
COMPACTO
TRATOR
POLIVALENTE

CCAM DO ALTO DOURO, CRL

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

Desde a sua origem em 1947, a CCAM do Alto Douro tem sido um pilar de sustentabilidade e desenvolvimento na sua área social. Através de uma série de fusões estratégicas, culminando em 2015 com a adoção da atual designação de CCAM do Alto Douro, esta instituição tem ampliado o seu alcance e impacto, apoiando não só o crescimento económico local com soluções financeiras adaptadas, mas também promovendo uma profunda conexão e potenciando o desenvolvimento dos diversos quadrantes da sociedade da sua área social. Mantendo-se fiel aos seus valores fundacionais, a CCAM do Alto Douro continua a fortalecer as economias locais, valorizando o capital humano e contribuindo para uma agricultura mais resiliente e sustentável.

Cobrindo oito concelhos entre Bragança e Vila Real, a instituição reafirma o seu compromisso com a inovação, o crescimento sustentável e o apoio contínuo às comunidades que serve, evidenciando o seu papel crucial no tecido económico e social das regiões em que se insere. Dos oito concelhos abrangidos na sua área social, quatro situam-se no distrito de Bragança (Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vinhais) e outros quatro no distrito de Vila Real (Alijó, Murça, Sabrosa e Valpaços).



1. SEDE DA CCAM DO ALTO DOURO

Atualmente com uma rede de 17 agências e uma extensão de agência (algumas delas em localidades onde não existe nenhuma outra instituição bancária), 77 colaboradores, 13.196 associados e 43.163 clientes, a CCAM é uma das maiores e mais sólidas instituições do SICAM, gerindo uma carteira de mais de 599 milhões de euros de depósitos totais e aproximadamente 362 milhões de euros de crédito concedido.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM do Alto Douro

[CONTACTOS]

Av. João da Cruz, 94/98
5300-178 Bragança

Telefone: +351 273 300 830

Email: braganca@creditoagricola.pt



2. PAULO MARTINS, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCAM DO ALTO DOURO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Alto Douro

A CCAM do Alto Douro foi fundada em 1947, possuindo uma ligação muito profunda à sua área social. Como avalia o impacto e a relevância da Caixa em termos económicos e sociais na sua área social?

Os Bancos Cooperativos, como é o caso do Crédito Agrícola, têm como prioridade o bem-estar dos seus clientes e da comunidade onde estão inseridos e desempenham um papel crucial no apoio à economia local. Nesse sentido,

a CCAM do Alto Douro tem um forte impacto na economia da região, apoiando e financiando projetos locais, que contribuem para o progresso económico e social da região, enquanto pratica uma banca de proximidade, com um propósito sustentável.

A proximidade e o profundo conhecimento da sua área social têm sido fatores decisivos neste já longo percurso da CCAM?

A missão do Grupo é levada a cabo pela Caixa Central, e pelas 69 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, que são entidades dinamizadoras do desenvolvimento económico, social e cultural das regiões onde estão localizadas. A existência de um conhecimento profundo do tecido empresarial e económico, bem como dos desafios que se colocam para o progresso económico-social a nível local, tem permitido que a CCAM do Alto Douro desempenhe um importante papel enquanto motor de desenvolvimento das comunidades locais. Nessa linha de atuação, a CCAM do Alto Douro está comprometida em trabalhar em colaboração com os seus clientes, de forma a acomodar as suas preferências e responder proactivamente às suas necessidades, enquanto fomentamos relações sólidas baseadas nos valores da confiança, transparência e proximidade. Na verdade, acreditamos que o sucesso de uma empresa está indissociavelmente ligado ao bem-estar das comunidades em que se insere e opera. E as inicia-

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DO ALTO DOURO

tivas de apoio à comunidade vão além do modelo tradicional, visando a construção de relações sólidas e próximas com as comunidades, com o objetivo último de fomentar o desenvolvimento e resiliência destas.

Considerando as atuais condições económicas desafiantes, que outros pilares estratégicos principais têm sido adotados pela CCAM do Alto Douro para manter o crescimento e a sua posição consolidada no mercado?

No Grupo Crédito Agrícola dependemos de diferentes recursos, ou *inputs*, para conseguirmos desenvolver a nossa atividade. Os nossos colaboradores, as nossas instalações físicas, os nossos parceiros institucionais e os recursos financeiros que nos confiam, representam os nossos pilares, a base que nos permite desenvolver o nosso trabalho central, o negócio bancário, assim como todas as atividades complementares. Através da concessão de crédito e investimento, da proximidade, conhecimento do território e modelo de gestão cooperativo, temos a capacidade de criar produtos e serviços que satisfazem



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ PARA DIR: PAULO MARTINS, ANA TELES E CARLOS CARNEIRO



4. AGÊNCIA JOÃO DA CRUZ — BRAGANÇA



5. ESPAÇO DE CONVÍVIO — EDIFÍCIO SEDE

A Caixa demonstra um compromisso social bastante forte, existindo inclusivamente a Fundação Caixa CA. Este tem sido sempre um forte desígnio da instituição? Que ações concretas são desenvolvidas?

Os Bancos Cooperativos desempenham um papel fundamental na promoção da democracia económica e inclusão financeira, proporcionando serviços financeiros acessíveis que contribuem para reduzir a pobreza e a desigualdade e permitir que a população seja um agente ativo na economia local. Fundada em 2014, a Fundação Caixa CA pretende evidenciar a sua matriz cooperativa, bem como o seu modelo de atuação de proximidade às diferentes comunidades em que está inserida. Através desta iniciativa, a CCAM do Alto Douro propôs-se continuar a sua tradição filantrópica e criar condições para que, de uma forma muito mais próxima, a Fundação Caixa CA possa contribuir para o desenvolvimento económico-social da comunidade em que se insere, minimizando desigualdades e criando oportunidades. A Fundação Caixa CA tem em desenvolvimento as seguintes iniciativas: Prémios Escolares de Mérito Académico, Programa Fundo Social Fundação Caixa CA, Programa de Incentivos Fundação Caixa CA, Bolsas desportistas para atletas carenciados e o Concurso de fotografia “De Montesinho ao Douro: Gentes e Paisagens”.

Qual é a sua avaliação sobre a situação atual e as perspetivas futuras da agricultura na área social da CCAM do Alto Douro?

O sector agrícola sente a evidência de fenómenos e de uma variedade de fatores que condicionam as colheitas, incluindo as alterações climáticas, e a rentabilidade das explorações. As perspetivas futuras deste sector passam por políticas agrícolas locais que, através de incentivos para práticas sustentáveis, apoios e programas de capacitação mais orientados para as necessidades dos agricultores, permitam o desenvolvimento da agricultura. Assim como a introdução de tecnologia e inovação nas explorações agrícolas e pecuárias permitirá o aumento da eficiência e da produtividade, otimizando o uso dos recursos. Na área de atuação

as necessidades dos nossos clientes, mas também de fazer a diferença e criar impacto na comunidade, cadeia de valor e instituições parceiras. Este caminho é feito tendo em consideração as tendências, riscos e oportunidades existentes no ambiente externo que nos envolve, evoluindo e expandindo continuamente o nosso

alcance, explorando parcerias e projetos, e construindo relações com novos clientes. Acreditamos que, ao fazê-lo, não só criamos valor para os nossos *stakeholders*, mas, contribuímos também para o bem maior, impulsionando a inovação, criando emprego, fomentando o crescimento das economias locais e salvaguardando o futuro.

da CCAM do Alto Douro assumimo-nos como um parceiro, no financiamento e antecipação de ajudas à produção e investimento, em sectores vitais como o do vinho, do azeite e da castanha e nas indústrias associadas, de forma que a economia rural se torne mais competitiva e simultaneamente evolua no sentido de responder às exigências resultantes das alterações climáticas e do processo de transição para uma agricultura mais sustentável.

Tendo em conta o contexto económico, incluindo as tensões geopolíticas, como analisa os respetivos impactos na economia local e no sector bancário?

Apesar das mudanças drásticas e inesperadas no ambiente macroeconómico, que se tornaram mais frequentes, verificamos que o contexto nacional, o ambiente externo e financeiro deteriorou-se em função do aumento das taxas de inflação e das taxas de juro, com impactos adversos sobre o rendimento das famílias. O Grupo Crédito Agrícola e a CCAM do Alto Douro mantêm-se atentos aos desafios que a atual conjuntura nacional e internacional coloca às famílias e empresas da região, bem como aos consequentes impactos que se podem vir a refletir. Neste contexto, e consciente destes desafios, a CCAM do Alto Douro reforça o seu compromisso com a defesa das atuais e futuras gerações e prossegue comprometida com o desenvolvimento económico e social das regiões, cidades e vilas portuguesas, bem como em contribuir para a coesão social, praticando uma banca de proximidade.

Poderia partilhar connosco algumas das aspirações e planos futuros para a CCAM do Alto Douro?

À semelhança daquilo que tem sido a história do Grupo Crédito Agrícola em geral e da CCAM do Alto Douro em particular, num mercado cada vez mais competitivo, assume particular relevo o trabalho desenvolvido e a desenvolver com vista a contribuir para o progresso social e económico das comunidades onde a CCAM do Alto Douro está inserida, através de uma banca de proximidade e de um propósito de sustentabilidade. O empenho no rejuvenescimento da carteira de clientes e na retenção e



6. AUDITÓRIO — EDIFÍCIO SEDE

atração de talento para os quadros da CCAM, contribuirá também para sermos reconhecidos como o Grupo financeiro de maior confiança em Portugal.

Qual é a análise da CCAM do Alto Douro sobre a situação atual do Crédito Agrícola a nível nacional?

O Crédito Agrícola, tendo por base os diferentes desafios que são colocados à banca em geral, nomeadamente a regulamentação prudencial imposta pelas diferentes entidades europeias, com vista a acautelar os diferentes riscos e vulnerabilidades da crescente transformação digital das economias, da evolução tecnológica e da transição climática, posiciona-se como uma instituição resiliente, de confiança e credibilidade, capaz de encarar o futuro e todos os seus desafios, num contexto económico cada vez mais impactado pelas tensões geopolíticas, com constantes oportunidades de melhor conhecer e criar valor aos seus associados e clientes.

Como avalia a relação atual entre a CCAM do Alto Douro e a CONFAGRI?

Considerando a forte presença que o Crédito Agrícola tem nas comunidades rurais em particular a CCAM do Alto

Douro, os protocolos celebrados com a CONFAGRI, têm permitido ao longo dos anos dar resposta aos anseios nos clientes e associados mais tradicionais, quer seja, pela elaboração das candidaturas às ajudas comunitárias, quer das sessões de esclarecimentos reforçada pela presença e acompanhamento permanente de um técnico da CONFAGRI, que constitui sem dúvida uma mais-valia.

Que mensagem gostaria de transmitir aos associados, clientes e à comunidade em geral?

Conscientes dos desafios diários com os quais nos deparamos, a CCAM do Alto Douro gostaria de reforçar a importância de impactar positivamente a comunidade onde se insere, seja através dos clientes, colaboradores ou parceiros. Estamos juntos no percurso que realizamos diariamente, assim como no futuro. ●



1. CERIMÓNIA DA TOMADA DE POSSE COM A PRESENÇA DE: ESQ. PRA A DIR. IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI; ANTÓNIO MENDES, PRESIDENTE DA FENADEGAS; JOSÉ MANUEL SANTOS, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL; BERNARDO GOUVEA, PRESIDENTE DO IVV E BASTO GONÇALVES, PRESIDENTE CESSANTE DA FENADEGAS

ANTÓNIO MENDES ELEITO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FENADEGAS PARA O QUADRIÉNIO 2024-2027

A FENADEGAS - Federação Nacional das Adegas Cooperativas de Portugal conta com novos órgãos sociais eleitos para o quadriénio 2024-2027. António Mendes foi eleito Presidente do Conselho de Administração da FENADEGAS, com o processo eleitoral a decorrer na UDACA - União das Adegas Cooperativas da Região do Dão.

De recordar que as Adegas Cooperativas de Portugal representam 35% dos vinhos produzidos no país, com a FENADEGAS a contar atualmente com 42 Cooperativas associadas que totalizam uma faturação de cerca de 245.000.000€/ano e produzem mais de 130 milhões de litros/ano, num universo de cerca de 22.500 viticultores.

No discurso de tomada de posse, o novo Presidente do Conselho de Administração da FENADEGAS começou por deixar uma palavra aos viticultores e aponta o caminho para o futuro: "tenho sempre no meu coração uma sociedade mais justa e mais social e nunca esqueço as minhas raízes. A base de tudo isto são os viticultores que arduamente trabalham as suas vinhas. Ambicionamos uma FENADEGAS mais inclusiva, proativa e comunicativa".

"Queremos uma FENADEGAS inclusiva, porque somos uma organização de base e representativa do sector cooperativo vitivinícola. No entanto é necessário captar mais associados, diria mesmo, termos como



2. ANTÓNIO MENDES, PRESIDENTE DA FENADEGAS COM IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI

objetivo que todas as Adegas Cooperativas sem exceção fizessem parte desta Federação. Quando referimos uma FENADEGAS proativa, isto acontece porque devemos ter um papel ativo na organização vitivinícola para atempadamente sugerir medidas corretivas e deixamos o desafio para a criação de um Observatório do Mercado do Vinho, com informações internas e internacionais, como existe noutros países da União Europeia, a começar pela vizinha Espanha. Por fim, uma FENADEGAS comunicativa, porque é prioritário posicionar os vinhos das cooperativas, como vinhos de território, como 'grandes vinhos da nação' e como vinhos daqueles produtores que não se deslocalizam, por maiores que sejam as adversidades, porque aquela é a sua terra", acrescentou. António Mendes, que está fortemente ligado ao sector cooperativo, ao acumular funções de Presidência da

FENADEGAS contabiliza 42 cooperativas associadas, num universo de cerca de 22.500 viticultores que produzem mais de 130 milhões de litros/ano.

ADEGA COOPERATIVA DE MANGUALDE desde 2009, onde ocupa também funções de Enólogo, funções de Presidência da UDACA desde 2023 e vogal da Produção da Comissão Vitivinícola Regional do Dão desde 2010.

Os novos órgãos sociais da FENADEGAS mostram, por um lado, uma equipa rejuvenescida, ao mesmo tempo que mantêm elementos do mandato anterior na mesa da Assembleia-Geral e no Conselho Fiscal. Além de António Mendes, foram eleitos para o Conselho de Administração, como Vice-Presidente, Leopoldo Nunes Neves (Adega Coop. Cadaval, CRL) e como vogais, Casimiro José Cunha Alves (Vercoope – União das Adegas Coop. da Região dos Vinhos Verdes, UCRL), José Carlos de Sá Meneses (Uniadegas Douro - União das Adegas Coop. da Região Demarcada do Douro, UCRL) e Ângelo Miguel Pereira Gomes Machado (Adega Coop. Palmela, CRL). Na Presidência da Assembleia-Geral, manteve-se o Prof. José Manuel Santos, este órgão contará ainda com Pedro Vinagre (Adega Coop. Valpaços, CRL) como Vice-Presidente e Rui Manuel Martins Soares (Adega Coop. Vermelha, CRL) como Secretário. O Conselho Fiscal passa a ter como Presidente João António Pereira da Silva (Coop. Agrícola Távora, CRL - Secção Vitivinícola), Armando Fontainhas (Adega Coop. Monção, CRL) como Vogal e Jorge Miguel Maurício Correia (Adega Coop. Dois Portos, CRL).

Na tomada de posse dos novos órgãos sociais da FENADEGAS estiveram várias figuras de relevo do sector, entre as quais, o Presidente do IVV, Bernardo Gouvea, Presidente da ViniPortugal, Frederico Falcão, Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, Presidente da Andovi, Francisco Toscano Rico, Presidente da CVR Dão, Arlindo Cunha, Presidente da CVR Távora, José Pereira, Presidente da CVR Beira Interior, Rodolfo Queirós, Presidente da CVR Lisboa, Francisco Toscano Rico, o Vogal da Produção da CVR Vinhos Verdes, Armando Fontainhas, o Presidente da CVR Bairrada, Pedro Soares, a Diretora executiva da ACI-BEV, Ana Isabel Alves, o Diretor executivo da ANCEVE, Paulo Amorim, entre outros. ●

CONFAGRI ASSOCIA-SE AOS MUNICÍPIOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO



A CONFAGRI considera que os Municípios são fundamentais para que se assuma uma nova visão sobre o sector agroalimentar.

É por isso que, no dia 6 de fevereiro, foi assinado um protocolo entre a CONFAGRI e a Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP.

Esta união, oficializada pelo Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão e pela Presidente da ANMP, Luísa Salgueiro pretende, sobretudo, o desenvolvimento equilibrado do sector cooperativo, em especial no domínio da agricultura.

Segundo Idalino Leão “temos de encarar a agricultura como um verdadeiro designio nacional, porque estamos a falar da produção de alimentos. E nada melhor do que celebrar um protocolo com outra organização, também com implantação em todo o território nacional”.

Com a duração de três anos, este protocolo compromete-se a envolver tanto entidades públicas como privadas, através de ações que evidenciem a sua cultura de importância social, económica e ambiental, como “por exemplo, nas cantinas públicas, de forma a fomentarmos o fornecimento de produtos agroalimentares locais, indo ao encontro das premissas da redução da pegada carbónica que Bruxelas nos quer impor” - declarou Idalino Leão.

Em simultâneo, a CONFAGRI pretende também que sejam fixados microcircuitos de fornecimento de produtos de locais, que ajudem os agricultores desse território.

De acordo com o Presidente da CONFAGRI, “pode ainda ser de uma forma mais vasta, com um conjunto de, por exemplo, taxas e licenciamentos. O poder autárquico é o poder mais próximo que as cooperativas de agricultores têm, portanto, faz sentido fomentarmos esta parceria e, de uma vez por todas, assumirmos a agricultura como um verdadeiro designio nacional”. ●

Gama Full-line



Lagoa da Amentela, EN 118, Km 38.6
2130-073 Benavente
Telefone: Adm.: 263 519 806
Peças: 263 519 800
Ass. Téc.: 263 519 823
Email: geral@forte.pt
Site: www.forte.pt



1. CARLOS SILVA, ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA INVESTBRAGA

ENTREVISTA COM CARLOS SILVA, ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA INVESTBRAGA

Para a 56ª edição da Feira Agro, quais são os principais objetivos que a InvestBraga estabeleceu para o evento?

A 56ª AGRO - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação – está de volta a Braga, com data marcada entre os dias 21 e 24 de março, no Altice Forum Braga. A InvestBraga, enquanto entidade organizadora, estabeleceu o objetivo de chegar a mais pessoas, partilhando e promovendo o que de melhor se faz na região e em Portugal. No ano passado passaram pela feira 45 mil visitantes. Este ano, contamos conseguir aumentar este número.

No programa desta edição, que elementos e novidades destacaria como sendo especialmente significativos para os participantes e visitantes da Feira Agro?

Nesta edição da AGRO, diversas novidades foram incorporadas ao programa, visando proporcionar uma experiência enriquecedora para todos.

A AGRO é, muito provavelmente, a exposição em Portugal com maior área no sector da maquinaria agrícola. Aqui são apresentadas as mais recentes inovações tecnológicas aplicadas à agricultura, desde novos equipamentos até as soluções digitais e tecnologias inteligentes que otimizam os processos.

Trazemos um programa de conferências e seminários diversificado, com tópicos relevantes para o sector agrícola e pecuário. Destacam-se palestras e *workshops* que exploram temas como sustentabilidade, agricultura de precisão, gestão agrícola eficiente e tendências de mercado, dinamizados pelos expositores presentes.

Para o público em geral, destacam-se os *showcookings*, *workshops* e apresentações de produtos locais, permitindo que se saboreiem os sabores e aprendam os saberes da nossa terra.

Um picadeiro com cavalos fez crescer a área expositiva desta edição, dinamizando o patamar superior da área exterior do Altice Forum Braga. Também os licores e doces regionais, azeite e vinhos, como o Alvarinho e Loureiros oferecem uma maior diversidade de expositores no sector da alimentação. Num ano de novidades, teremos também a exposição de fotografia ligada à agricultura, uma exposição de alfaias antigas, a demonstração de esculturas em madeira com motosserras e um robot para proporcionar uma receção diferente a todos.

A presença das raças com Denominação de Origem Protegida (D.O.P), em exposição e a concurso, promove as características distintivas das raças autóctones. Estas raças atraem todos os anos milhares de pessoas para as admirarem.

Como a Feira Agro abraça a inovação tecnológica no sector agrícola e como isso pode beneficiar os participantes?

A presença de expositores que procuram novas soluções, tanto na área tecnológica quanto na sustentabilidade, destaca a AGRO como uma feira dinâmica e inovadora.

A ampla gama de soluções tecnológicas, com equipamentos avançados até aos sistemas de monitorização e gestão; e os expositores comprometidos com práticas sustentáveis na agricultura, permitem que os participantes descubram e adotem métodos de produção mais eficazes e conscientes.

Analisando a evolução dos últimos anos, quais são os atuais desafios e constrangimentos que moldam os sectores agrícola, pecuário e alimentar da região?

Ao analisar os últimos anos, identificamos alguns constrangimentos dos sectores agrícola, pecuário e alimentar na região de Braga.

Na área da sustentabilidade, a pressão para adotar práticas agrícolas mais adequadas continua a ser um desafio. A região enfrenta a necessidade de reduzir o uso de agroquímicos, de melhorar a gestão da água e de promover práticas que conservem a biodiversidade local.

As alterações climáticas afetam os padrões de produção. Eventos climáticos extremos, como secas e inundações, com os quais



temos vindo a ser cada vez mais afetados, têm impactos diretos nas operações agrícolas e pecuárias.

A falta de trabalhadores qualificados e experientes pode ser também um desafio para as operações agrícolas e pecuárias em Braga. Assim, uma das principais metas passa por despertar o interesse das gerações mais novas para a agricultura, sendo isto crucial para garantir a sustentabilidade e o futuro do sector.

Como a realização da Feira Agro impacta as empresas, agricultores e o sector agrícola na região? Qual a importância deste evento para o desenvolvimento local?

Primeiramente, a realização da Feira Agro tem impacto significativo nas empresas, agricultores e sector agrícola da região, com a criação de oportunidades de negócios.

Ao apresentar as últimas tecnologias e práticas sustentáveis, a AGRO promove o desenvolvimento e a adoção de métodos mais eficientes, o que impulsiona as empresas locais e incentiva a modernização das práticas agrícolas.

A visibilidade para produtores regionais é enorme. A sua presença é uma oportunidade única para divulgarem os produtos a um público mais amplo, podendo resultar num aumento nas vendas. Com a dinamização das conferências, seminários, *workshops*, os visitantes e expositores têm uma oportunidade para se atualizarem sobre as melhores práticas e desenvolvimentos do sector. Enquadrado num dos nossos objetivos para a AGRO 2024, a promoção do evento noutras cidades e em Espanha, principalmente na Galiza, aumenta a visibilidade da região e contribui para o turismo local.

A CONFAGRI tem colaborado com a InvestBraga na divulgação e dinamização da Feira Agro. Como tem decorrido esta parceria?

A CONFAGRI é um importante parceiro, primeiramente na divulgação da feira nos períodos que a antecedem, conferindo sempre a devida atenção através dos seus meios de divulgação, quer na revista, *website*, redes sociais e newsletter. O vasto número de associados da CONFAGRI, muitos exteriores à nossa região, representam um público importantíssimo para a AGRO. Em segundo lugar, com a dinamização ativa que têm no decorrer da feira. Na edição anterior, com um auditório lotado, trouxeram um seminário sobre a “Renovação Geral no Sector Agrícola e a PAC”. Nesta edição, a Confederação trará novas discussões sobre as necessidades em destaque no ano de 2024.

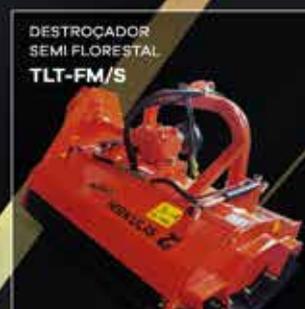
Que mensagem gostaria de transmitir a todos os expositores e visitantes que participarão na Feira Agro 2024?

Aos expositores, queremos reforçar o nosso compromisso em sermos parceiros ativos no desenvolvimento dos vossos negócios. Contem connosco para promover a agricultura em Portugal, destacar as vossas inovações e proporcionar um ambiente propício para negócios frutíferos.

A todos os visitantes, convidamo-vos a embarcar numa jornada que vai além das expectativas. Seja numa visita profissional ou experiência familiar, queremos que desfrutem de momentos agradáveis, descobertas e aprendizagens.

A AGRO é um evento criado de raiz para vos receber. Queremos que se sintam em casa, que explorem cada recanto e que saiam com uma bagagem enriquecida de boas recordações. Juntos promovemos a agricultura, os produtos de excelência e o que de melhor se faz em Portugal.

Esperamos por todos na AGRO, no Altice Forum Braga. ●



NÃO HÁ BOA TERRA SEM BOM LAVRADOR.

HERKULIS.COM
herkulis@herkulis.com

+351.234 543 222 (chamada para a rede fixa nacional)
+351.919 052 777 (chamada para a rede móvel nacional)
+351.912 550 955 (chamada para a rede móvel nacional)

Rua da Linha - Quinta da União - Ap. 92 - 3850-501 BRANCA ALB - Albergaria-a-Velha - PORTUGAL
GPS: 40° 44' 42" N | 08° 29' 21" W

ASSEMBLEIA GERAL DA CONFAGRI DEFINE ESTRATÉGIA PARA 2024: COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO SECTOR

A CONFAGRI, na sua recente Assembleia Geral, realizada no auditório da sua Sede, em Lisboa, delineou uma estratégia que visa potenciar o desenvolvimento e a sustentabilidade do sector agroalimentar em Portugal, com a aprovação, por unanimidade, do seu Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

Este ano, a CONFAGRI coloca um forte enfoque na segurança alimentar e na produção de alimentos, elementos cruciais para garantir a autonomia e a resiliência do sector agrícola nacional perante desafios globais e locais.

A Confederação planeia representar de forma efetiva o sector cooperativo agrícola português em diversas instâncias nacionais e internacionais, promovendo o diálogo e a colaboração.

Um aspeto central do plano é a inovação, com particular atenção à digitalização. A CONFAGRI reconhece a importância da adaptação às novas tecnologias para melhorar a eficiência e a competitividade do sector. Serão desenvolvidas iniciativas que incentivem a adoção de práticas inovadoras, principalmente em relação à digitalização do sector agrícola.

A comunicação e imagem pública da CONFAGRI também serão fortalecidas, com o objetivo de representar ainda mais os interesses e valores do sector, tanto a nível interno com as suas associadas, como externamente.

Além disso, o plano aborda a defesa do rendimento dos produtores e a garantia de qualidade alimentar. Estes elementos são fundamentais para assegurar que o sector agrícola nacional se mantém competitivo e atrativo, promovendo tam-



1. ASSEMBLEIA GERAL CONFAGRI



2. INTERVENÇÃO DE IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI



3. ASPETO GERAL DA SALA

bém a necessária renovação geracional. Em suma, o Plano de Atividades e Orçamento da CONFAGRI para 2024, agora aprovado, estabelece um roteiro

ambicioso, mas realista, para defender o Sector agroalimentar em Portugal e promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade. ●

CA SEGUROS LIDERA NO ÍNDICE DE EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

A CA Seguros foi distinguida, na categoria de Seguros Não Vida, como a Melhor Empresa no Índice de Experiência do Cliente, atribuído pelo BECX (Best European Customer Experience) 2023.

Dos oito índices medidos pelo BECX 2023, a CA Seguros alcança o primeiro lugar em todos eles, destacando-se no Índice de Experiência Global de 8,0 pontos que compara favoravelmente com os 7,6 pontos registados pelo conjunto das seguradoras dos Ramos Não Vida:

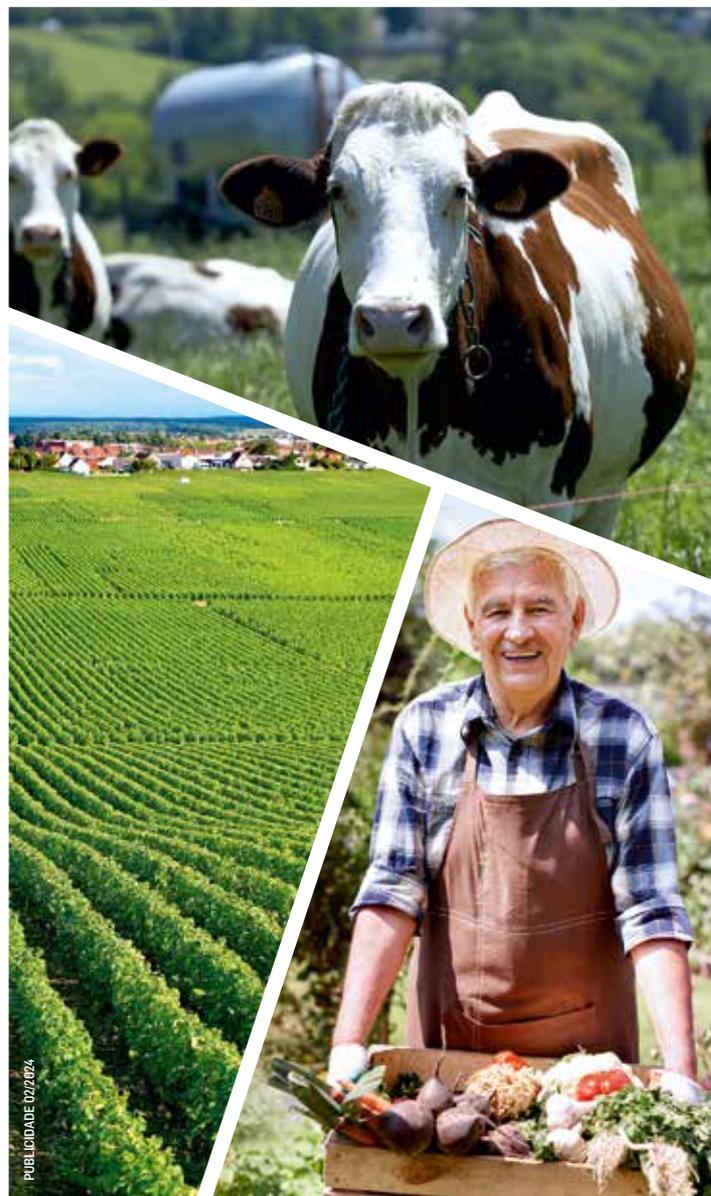
- 1º lugar no Índice Experiência do Cliente (Selo BECX): 8,0
- 1º lugar no Índice Emoções: 8,1
- 1º lugar no Índice Canais: 8,4
- 1º lugar no Índice Esforço: 8,3
- 1º lugar no Índice Incidentes: 8,0
- 1º lugar no Índice Qualidade: 8,3
- 1º lugar no Índice Valor: 7,5
- 1º lugar no Índice Lealdade: 8

É a sexta vez consecutiva que a CA Seguros lidera a Satisfação dos Clientes, o que na opinião de João Pedro Borges, Presidente do Conselho de Administração Executivo, “é resultado do foco que entregamos na melhoria contínua e na qualidade dos serviços que prestamos e confirma a excelência e profissionalismo que entregamos a cada Cliente. São os Clientes, colaboradores e parceiros da CA Seguros que tornam a distinção de Melhor Empresa no Índice de Experiência do Cliente possível. “
O BECX é uma referência nacional na avaliação da experiência do Cliente e premeia as organizações que mais se distinguem na oferta de uma experiência de excelência. ●



A colheita é sua, a proteção é nossa

A **CA Seguros** tem soluções para proteger a atividade agrícola. Aposte na segurança e viva descansado com a ajuda dos seguros **CA Colheitas**, **CA Pecuário** e **CA Tratores e Máquinas Agrícolas**. Presente protegido, futuro garantido.



Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.



CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 3º Dt.º • 1070-040 Lisboa
E-mail: geral@ca-seguros.pt
Capital Social: 18.000.000 €
Pessoa Coletiva nº 503 384 089

f @ CA Seguros | App CA Seguros | CAOnline | WhatsApp 963 806 000

Para mais informações: **ca-seguros.pt | 213 806 000** Atendimento personalizado, dias úteis das 8h30 às 17h30



PROJETO LEADFARM 5.0 PROMOVE COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO SECTOR AGROALIMENTAR



TEXTO

DOMINGOS GODINHO

CONFAGRI



1. ASPETO GERAL DA SALA

2. APRESENTAÇÃO DE ANTÓNIO BAIÃO, DA CONFAGRI

Aproveitando a realização do Encontro Nacional de Técnicos da CONFAGRI, o Projeto Erasmus + Leadfarm 5.0, realizou em Évora o seu evento multiplicador em Portugal, tendo o mesmo decorrido como uma sessão paralela do referido Encontro. Apesar de todos os temas do projeto terem sido abordados, como Inteligência emocional, empreendedorismo, sustentabilidade e TCI e robótica, foi dada uma atenção particular a este último aspeto focando a sua relação com a sustentabilidade. Procurou-se demonstrar como uma agricultura mais digitalizada, pode ser mais sustentável, nas 3 vertentes da sustentabilidade (social, económica e ambiental), no enquadramento de agricultores apoiados tecnicamente pela sua Cooperativa. Além de terem sido mostrados os conteúdos, houve apresentações sobre alguns dos aspetos relacionados com as tecnologias da informação e a robótica, bem como a forma como esta

está a ser utilizada no apoio técnico aos produtores, no aconselhamento prestado por uma Cooperativa.

Além da apresentação principal realizada por António Baião da CONFAGRI, em que foi dado a conhecer o projeto e os seus resultados, foram ainda realizadas as seguintes apresentações:

- **Projeto DigiFarm2all: Sustentabilidade e Democratização da Agricultura 4.0**, Cátia Pinto – SFCOLAB
- **Serviços para agricultura e floresta baseados no uso de dados de satélite** – David Perez e Nuno Grosso, Demios – NextLand
- **O papel da Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches no apoio ao uso de dados pelas explorações agrícolas** – Carla Félix, CABB
- **Tomate de indústria em agricultura de conservação: inovação e sustentabilidade** – Ricardo Vieira Santos, MED-UEvora

O evento foi um contributo importante para os objetivos do projeto LEADFARM 5.0, nomeadamente o de conceber e implementar um programa inovador de formação *online* que pode apoiar as Cooperativas agroalimentares no processo de transformação digital, garantindo que o sector das Cooperativas agroalimentares, não fica para trás. É sabido que que a Sociedade 5.0 pretende resolver problemas sociais através da integração de componentes digitais, tais como Big Data, Internet das Coisas e Inteligência Artificial, e que pode haver sectores da sociedade, que corram o risco de ser deixados para trás neste processo de digitalização. A nossa preocupação é de que os sectores relacionados com as Cooperativas agroalimentares não fiquem para trás.

Obrigado a todos os que participaram no evento pelos contributos e a todos os oradores pela disponibilidade. ●

O nascer de uma nova Agricultura

Soluções biotecnológicas
para uma agricultura mais
produtiva e sustentável.



asfertglobal

O nascer de uma nova Agricultura





ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA PELA AÇÃO CLIMÁTICA

TEXTO

CÁTIA ROSAS

 CONFAGRI

Um pouco por todo o mundo, os países debatem-se com os impactos dos eventos meteorológicos extremos que batem recordes. Portugal, em particular, com o impacto de secas e inundações, evidenciando o esforço adicional necessário em matéria de adaptação, para além de mitigação às alterações climáticas. Aliás, o clima é, atualmente, a principal preocupação a nível mundial para a próxima década, como se constata no relatório sobre Riscos Globais (ver Figura 1), lançado na reunião anual de líderes em Davos.

FIGURA 1 Top 10 Riscos Globais 2023

O Relatório de Riscos Globais 2023 apresenta o resultado do último inquérito sobre Percepção de Riscos Globais. A próxima década será caracterizada por crises ambientais e sociais, face a padrões geopolíticos e económicos. Os seis riscos ambientais surgem nos 10 maiores riscos da próxima década e os riscos em matéria de alterações climáticas (mitigação, adaptação e eventos climáticos extremos) estão nos primeiros três.

10 anos

- 1 Falha em mitigar as alterações climáticas
- 2 Falha na adaptação às alterações climáticas
- 3 Desastres naturais e eventos climáticos extremos
- 4 Perda da biodiversidade e colapso dos ecossistemas
- 5 Migração involuntária a larga escala
- 6 Crise de recursos naturais
- 7 Erosão da coesão social e polarização da sociedade
- 8 Cibercrime generalizado e insegurança cibernética
- 9 Confrontação geoeconómica
- 10 Incidentes com danos ambientais em larga escala



Categorias de Riscos:

- Económicos
- Ambientais
- Geopolíticos
- Sociais
- Tecnológicos

FONTE: World Economic Forum, Global Risks Perception Survey 2022-2023

<https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2023/digest/>

melhorias de eficiência energética, até 2030.

- Para além da neutralidade até 2050, são identificadas metas intermédias de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), 43% até 2030 e 60% até 2035, em relação a 2019, e a necessidade do pico de emissões ocorrer até 2025.
- Eliminação gradual de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis (tendo sido incluída referência à exclusão daqueles que não abordem a pobreza energética ou a transição justa); acelerar a redução de emissões de metano até 2030.
- As Partes devem apresentar as suas contribuições determinadas a nível nacional (NDC) para 2035 até à COP30, com metas de redução de emissões, que abranjam toda a sua economia, todos os GEE, sectores e categorias, alinhadas com o objetivo do 1,5°C.
- Acordo alcançado sobre a Transição Justa, com um Programa de Trabalhos em vigor até 2026, com pelo menos dois diálogos anuais, em particular sobre a mão-de-obra e a criação de trabalho digno e de empregos de qualidade.
- Estabelecido o quadro do objetivo global de adaptação com metas sectoriais cobrindo temas relacionados com água, alimentação, saúde, ecossistemas e biodiversidade, infraestruturas e aglomerados humanos, erradicação da pobreza, e património cultural.
 - Reconhecida a necessidade de aumentar o financiamento dedicado à adaptação, para além do previsto no âmbito do Pacto Climático de Glasgow.

Também, durante a COP-28, foi assinada a *Declaração sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática*. Pela primeira vez, os alimentos e a agricultura ocuparam o centro das atenções destas conferências anuais do clima, reconhecendo a declaração que qualquer caminho para alcançar os objetivos climáticos (de longo prazo, do Acordo de Paris) deve passar pela agricultura e alimentação.

A pesar da percepção sobre riscos climáticos e outros ambientais estar a aumentar, a capacidade de consensos no esforço conjunto de combate às alterações climáticas (AC), de mitigação e adaptação, está também a intensificar, como evidenciam os acordos e declarações que resultaram da Conferência das Partes (COP28), mas também o impulso da Europa e de Portugal, onde a agricultura e a floresta têm um papel fundamental, como parte ativa mas também vulnerável da transição necessária.

A COP é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, adotada em 1992. Desde 1995, todos os países membros (Partes) signatários da Convenção passaram a reunir-se anualmente para avaliar a

situação climática e propor medidas para garantir o cumprimento da Convenção.

COP28

Na COP28, realizada no Dubai (Emirados Árabes Unidos), foi alcançado um acordo histórico que prevê, pela primeira vez numa decisão, o início da transição para o fim dos combustíveis fósseis. Nesta COP, foi feito o primeiro balanço do Acordo de Paris (Global Stocktake), destacando-se também, do acordo final, o seguinte (APA, 2023):

- Reforçada a urgência do alinhamento das trajetórias de descarbonização para conter o aumento da temperatura até 1.5°C.
- Aprovado o objetivo de triplicar a capacidade mundial de energia renovável e de duplicar a taxa média anual de

A declaração reconhece a estreita relação entre AC, agricultura e alimentação. O foco é melhorar a segurança alimentar, reduzir a vulnerabilidade dos agricultores perante eventos extremos e, simultaneamente, proteger a biodiversidade e a água.

Os 134 países iniciais signatários desta declaração reconhecem, assim, por um lado, o papel fundamental dos agricultores nesta transição climática e, por outro, pretendem, até 2025, fortalecer esforços para incorporar medidas que tornem a agricultura mais resiliente e sustentável. São, por isso, identificados cinco objetivos:

1. escalar as atividades e respostas de adaptação e resiliência, de forma a reduzir a vulnerabilidade dos agricultores aos impactes das AC (quer seja através de apoio técnico e financeiro, como capacitação, infraestruturização e inovação);
2. promover a segurança alimentar e nutrição, aumentando o apoio a populações vulneráveis, nomeadamente através de sistemas de proteção social, mas também programas de investigação e inovação nomeadamente para mulheres, crianças, jovens, pequenos agricultores, agricultores familiares e pessoas com deficiência.
3. apoiar os trabalhadores agrícolas e dos sistemas alimentares com rendimentos ameaçados pelas alterações climáticas;
4. fortalecer a gestão integrada da água na agricultura e nos sistemas alimentares;
5. maximizar os benefícios climáticos e ambientais associados à agricultura e sistemas alimentares.

Na declaração são ainda listados esforços, individuais das Partes e partilhados, que se pretende perseguir até 2025, para cumprir aqueles objetivos, incluindo, entre outros:

- ➊ Promover a integração da agricultura e dos sistemas alimentares nomeadamente nos Planos Nacionais de Adaptação, NDC, Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação.
- ➋ Reforçar o acesso a financiamento público e privado para adaptar a resposta da agricultura e sistemas alimentares às AC.
- ➌ Acelerar e escalar inovações que aumentam a produtividade sustentável e produção agrícola, promovam a re-

siliência de ecossistemas e melhorem meios de subsistência, incluindo para comunidades rurais e agricultores.

O progresso coletivo desta declaração e próximos passos serão analisados na COP29 (no final de 2024), e ponderados. O sector agrícola, mais do que nunca, deve ter voz ativa nesta matéria. E esse é o caminho que se está a fazer já na Europa e em Portugal, deixando duas breves referências.

Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura

A 25 de janeiro, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, lançou o Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura, um novo fórum para definir uma visão partilhada para o futuro do sistema agrícola e alimentar da UE, em benefício de todos e do ambiente.

A Presidente, Ursula Von der Leyen assume a importância presente e futura da agricultura e a sua capacidade resiliente, contra múltiplos desafios, desde os conflitos armados às alterações climáticas: “Graças ao sector agroalimentar europeu, 450 milhões de pessoas têm acesso a alimentos seguros, saudáveis e a preços acessíveis [...]. Os agricultores são motores vitais de emprego e de crescimento sustentável nas zonas rurais. Estão a dar um contributo central para a transição ecológica necessária. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios, como as AC e um mercado global competitivo. Mostraram uma resiliência notável durante uma pandemia, uma crise energética, as consequências do conflito na Ucrânia e uma inflação elevada.”.

Mercado voluntário de carbono

Em Portugal, destaque no início de 2024 para o Decreto-Lei n.º 4/2024, que institui o mercado voluntário de carbono (MVC). Este mercado permite a empresas, organizações e indivíduos adquirirem créditos de carbono certificados, gerados por projetos desenvolvidos em território nacional, de redução ou sequestro de emissões de carbono.

O MVC irá permitir, nomeadamente, promover a inovação e atrair investimentos para a transição energética, podendo ser uma fonte de financiamento para projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Os créditos de carbono po-

dem ser utilizados para compensar as próprias emissões ou apoiar projetos de mitigação ou adaptação às AC.

“São consideradas prioritárias no mercado voluntário de carbono as tipologias de projeto de sequestro florestal de carbono que contribuam para a conservação do capital natural e para a construção de uma paisagem mais adaptada e resiliente, incluindo a redução da vulnerabilidade aos incêndios.” (artigo 7.º do DL 4/2024, de 5 de janeiro)

O funcionamento do MVC irá assentar numa plataforma pública de registo online (em desenvolvimento), para atores do mercado, seus projetos e respetivos créditos. Os projetos devem seguir metodologias específicas, a elaborar por uma comissão técnica liderada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Os proponentes dos projetos podem também propor metodologias para tipologias de projetos.

Com a publicação de portarias complementares e o pleno funcionamento da plataforma informática, serão dadas mais informações sobre o MVC.

A CONFAGRI continua atenta e a desenvolver trabalho também nesta matéria, desde a formação, divulgação e participação em projetos nacionais e europeia (como por ex. o FIELDS e o I-RESTART). ●

BIBLIOGRAFIA:

APA (2023). Nota síntese COP28. Agência Portuguesa do Ambiente https://apambiente.pt/sites/default/files/_A_APA/Comunicacao/Destaques/2023/COP28/Nota_sintese_COP28_F.pdf

Declaração sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática na íntegra: <https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2023/COP28-UAE-Declaration-on-Sustainable-Agriculture-Resilient-Food-Systems-and-Climate-Action.pdf>

Perguntas Frequentes sobre o Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/QANDA_24_418

Relatório Riscos Globais 2023 <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2023/>

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade: Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

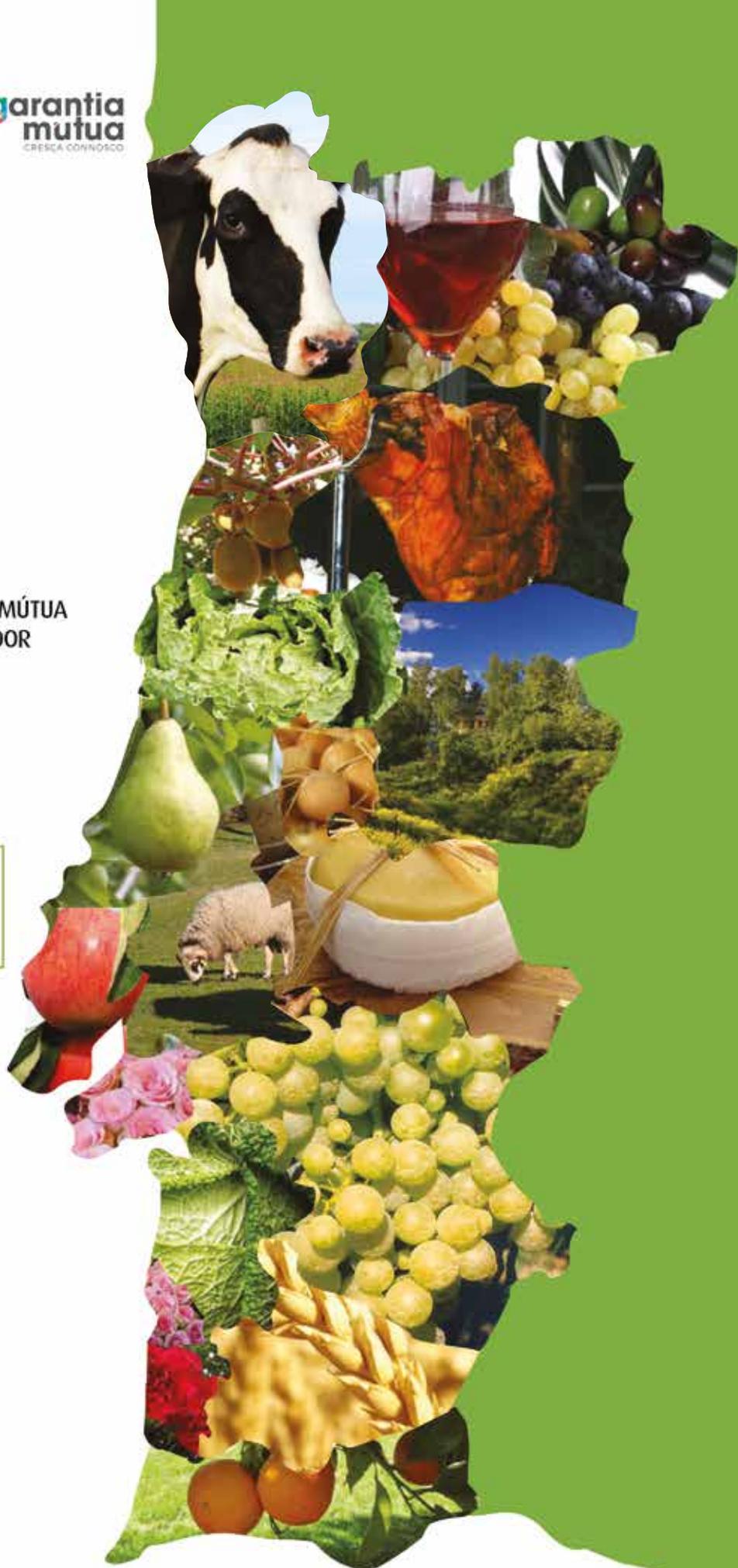
GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS



Concurso de Vinhos

CRÉDITO AGRÍCOLA 2023



PARABÉNS aos premiados!



GRANDE MEDALHA DE OURO

- BRANCO** | Artesano Perrum Reserva Vinho Regional Alentejano Branco 2021 Elite Vinhos
- TINTO** | Quinta da Carregosa Touriga Nacional Grande Reserva DOC Douro Tinto 2018 Carregosa Vinhos
- ESPUMANTE** | Quinta do Cerrado da Porta Espumante Bruto Natural Super Reserva "Blanc de Blanc" Vinho Regional Lisboa Branco 2019 Cerrado da Porta

MEDALHA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

- Grande Rocim Reserva DOC Alentejo Tinto 2021 Herdade do Rocim
- Herdade São Miguel Reserva IG Alentejano Tinto 2021 Casa Relvas

MEDALHA DE OURO

- Adega da Vermelha Grande Reserva DOC Óbidos Branco 2019 Adega Cooperativa da Vermelha
- Adega de Palmela Colheita Seleccionada DOC Palmela Tinto 2019 Adega Cooperativa de Palmela
- Adega de Pegões Colheita Seleccionada Vinho Regional Península de Setúbal Branco 2022 Cooperativa Agrícola S^{ma} Isidro de Pegões
- Adega de Pegões Grande Reserva Vinho Regional Península de Setúbal Tinto 2021 Cooperativa Agrícola S^{ma} Isidro de Pegões
- Adega de Penalva Encruzado DOC Dão Branco 2021 Adega Cooperativa de Penalva do Castelo
- Adega de Penalva Reserva DOC Dão Tinto 2019 Adega Cooperativa de Penalva do Castelo
- António Vilãla Azeitas Loureiro DOC Verde Branco 2022 António Abílio Carvalho
- Artesano By Helena Reserva DOC Alentejo Tinto 2019 Elite Vinhos
- Beira Serra Reserva DOC Beira Interior Branco 2017 Cooperativa Agrícola Beira Serra Vinhos
- Boeira DOC Douro Branco 2022 Quinta da Boeira
- Cabeça de Burro Reserva DOC Douro Tinto 2020 Caves Vale Rodo
- Cabeça da Caldeira Syrah Vinho Regional Tejo Tinto Sociedade Agrícola Cova da Caldeira
- Cardaal Dom Guilherme Reserva DO Tejo Tinto 2021 Condado Portucalense
- Carvalhas DOC Douro Branco 2022 Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
- Casa Américo Reserva DOC Dão Tinto 2018 Seacampo
- Casa da Atela Chardonnay IGP Tejo Branco 2021 Quinta da Atela
- Casa da Ínsua Grande Reserva DOC Dão Tinto 2017 Empreendimentos Turísticos Montebelo
- Casa Ermelinda Freitas Sauvignon Blanc & Verdelho Vinho Regional Península de Setúbal Branco 2022 Casa Ermelinda Freitas
- Casa Ermelinda Freitas Syrah Reserva Vinho Regional Península de Setúbal Tinto 2021 Casa Ermelinda Freitas
- Casa Velha Reserva DOC Douro Tinto 2020 Adega de Favaio
- Casal das Freiras Reserva DO Tejo Tinto 2021 AgroValente
- Castelo de Azurara Encruzado Grande Reserva DOC Dão Branco 2021 Adega Cooperativa de Mangualde
- Caves Santa Marta Touriga Nacional Reserva DOC Douro Tinto 2015 Caves Santa Marta

- Cerval DOC Douro Tinto 2016 Sociedade Agrícola Casa D' Arrochella
- Comporta Vinho Regional Península de Setúbal Branco 2021 Herdade da Comporta
- Dona Berta Rabigato Reserva DOC Douro Branco 2022 H. & F. Verdelho
- Dona Ermelinda Reserva DO Palmela Branco 2022 Casa Ermelinda Freitas
- EDD'S Private Collection Grande Reserva Vinho Regional Algarve Tinto 2017 Concepts by Edd's II
- ESBOÇO PÓDIO Verdelho dos Açores DO Pico Branco 2020 Adega Vitivinícola Lucas Amaral
- Esquerdino Syrah Reserva Vinho Regional Algarve Tinto 2021 Josefina Fernandes
- Família Margaça Reserva Vinho Regional Alentejano Branco 2021 Família Margaça
- Félix Rocha Sauvignon Blanc Vinho Regional Lisboa Branco 2022 Sociedade Agrícola Félix Rocha
- Fernão de Magalhães Reserva DOC Douro Branco 2021 Adega Cooperativa de Sabrosa
- Faral D. Henrique 25 Anos DOC Dão Tinto 2015 Adega Cooperativa de Mangualde
- Grande Rocim Reserva DOC Alentejo Tinto 2021 Herdade do Rocim
- Herdade de Ceuta Reserva DOC Alentejo Tinto 2019 Elite Vinhos
- Herdade dos Veros Reserva DOC Alentejo Tinto 2020 JJMR Sociedade Agrícola
- Herdade São Miguel Esquecido IG Alentejano Branco 2022 Casa Relvas
- Herdade São Miguel Reserva IG Alentejano Tinto 2021 Casa Relvas
- Malaca Castelão Vinho Regional Algarve Tinto 2019 Sociedade Agrícola Quinta da Malaca
- Marquês de Marialva Espumante Baga Blanc de Noir Bruto Cuvée DOC Bairrada Branco 2015 Adega Cooperativa de Cantanhede
- Marquês de Marialva Grande Reserva Arinto DOC Bairrada Branco 2016 Adega Cooperativa de Cantanhede
- Marquês de Marialva Grande Reserva DOC Bairrada Tinto 2015 Adega Cooperativa de Cantanhede
- Mingorra Reserva Vinho Regional Alentejano Tinto 2019 Henrique Uva
- Miradouro da Guia Premium Vinho Regional Algarve Tinto 2019 Adega do Cantor
- Monsaraz Bivarietal Antão Vaz e Verdelho DOC Alentejo Branco 2022 CARMIM
- Monsaraz Reserva DOC Alentejo Tinto 2020 CARMIM

- Morgado de Silgueiros Touriga Nacional DOC Dão Tinto 2017 Adega Cooperativa de Silgueiros
- Mouras de Arraiolos Grande Reserva Vinho Regional Alentejano Tinto 2018 Sociedade Agrícola da Herdade das Mouras de Arraiolos
- Onda Nova Viognier IG Algarve Branco 2022 Adega do Cantor
- Pacheca Touriga Nacional Grande Reserva DOC Douro Tinto 2020 Quinta da Pacheca
- Peripécia Chardonnay Grande Reserva Vinho Regional Lisboa Branco 2020 Cerrado da Porta
- Porta da Ravessa Grande Escolha Vinho Regional Alentejano Tinto 2018 Adega Cooperativa de Redondo
- Porta da Ravessa Reserva DOC Alentejo Branco 2022 Adega Cooperativa de Redondo
- Potier Grande Reserva DOC Douro Branco 2022 Companhia Vinícola Vale Alarcão Potier
- Potier Grande Reserva DOC Douro Tinto 2020 Companhia Vinícola Vale Alarcão Potier
- Poupinha Reserva Vinho Regional Alentejano Tinto 2021 Sociedade Agrícola Herdade da Poupa
- Quinta da Badula Grande Reserva IGP Tejo Tinto 2015 Quinta da Badula
- Quinta da Carregosa Touriga Franca Grande Reserva DOC Douro Tinto 2018 Carregosa Vinhos
- Quinta da Mimosa DO Palmela Tinto 2021 Casa Ermelinda Freitas
- Quinta das Cerejeiras Grande Reserva DO Óbidos Branco 2021 Companhia Agrícola do Sanguinhal
- Quinta das Cerejeiras Grande Reserva DO Óbidos Tinto 2017 Companhia Agrícola do Sanguinhal
- Quinta de Carvalhões Encruzado DOC Dão Branco 2022 Fundação São José
- Quinta de Vale Mourisco Touriga Nacional e Syrah Vinho Regional Lisboa Tinto 2020 Quinta de Vale Mourisco
- Quinta do Cidrô Marquis Vinho Regional Duriense Tinto 2008 Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha
- Quinta do Côro Private Collection Reserva Syrah IG Tejo Tinto 2020 Sociedade Agro-Alimentar da Mascata
- Quinta do Portal Grande Reserva DOC Douro Tinto 2020 Sociedade Quinta do Portal
- Quinta dos Monteirinhos Lux Edition DOC Dão Tinto 2016 Quinta dos Monteirinhos
- Reguengos Rêgia Colheita Reserva DOC Alentejo Branco 2022 CARMIM
- Reguengos Trifolium Grande Reserva DOC Alentejo Tinto 2019 CARMIM



Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [v](#) [t](#) [i](#) [n](#)

Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL
registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000

